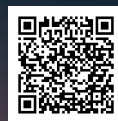


Ricardo Furtado Rodrigues
(Org.)

PSICANÁLISE

TEORIA,
CLÍNICA E CONTEMPORANEIDADE



científica digital



CIENTÍFICA DIGITAL EDITORIAL LTDA

Barueri - São Paulo - Brasil
www.cientificadigital.org - contato@cientificadigital.org

Diagramação e Arte	Edição © 2026 Científica Digital
Diego Santos	Texto © 2026 Os Autores
Diogo Lima	1ª Edição - 2026
Imagens da Capa	Acesso Livre - Open Access
Adobe Stock - 2026	

© COPYRIGHT - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. A editora detém os direitos autorais sobre a edição e o projeto gráfico, enquanto os autores mantêm os direitos autorais de seus respectivos textos. Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, permitindo o download e compartilhamento integral ou parcial, desde que a fonte seja devidamente citada e os créditos atribuídos aos autores. É obrigatório que a obra permaneça em formato de Acesso Livre (Open Access), sem qualquer alteração. A catalogação em plataformas de acesso restrito ou com fins comerciais é estritamente proibida.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 Psicanálise: teoria, clínica e contemporaneidade/ Organização de Ricardo Furtado Rodrigues. – Barueri-SP: Científica Digital, 2025.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui Bibliografia
ISBN 978-65-6155-058-1
DOI 10.37885/978-65-6155-058-1

1. Psicanálise. I. Rodrigues, Ricardo Furtado. II. Título.

CDD 155

Elaborado por Janaína Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático:

I. Psicanálise

E-BOOK

ACESSO LIVRE ON LINE - IMPRESSÃO PROIBIDA

2026

Ricardo Furtado Rodrigues
(Org.)

Psicanálise: Teoria, Clínica e Contemporaneidade

1ª EDIÇÃO



científica digital

2026 - BARUERI - SP

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho
Prof. Dr. Antônio Marcos Mota Miranda
Prof^a. Ma. Auristela Correa Castro
Prof. Dr. Carlos Alberto Martins Cordeiro
Prof. Dr. Carlos Alexandre Oelke
Prof^a. Dra. Caroline Nóbrega de Almeida
Prof^a. Dra. Clara Mockdece Neves
Prof^a. Dra. Claudia Maria Rinhel-Silva
Prof^a. Dra. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Prof. Dr. Cristiano Marins
Prof^a. Dra. Cristina Berger Fadel
Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr
Prof. Dr. Diogo da Silva Cardoso
Prof. Dr. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes
Prof. Dr. Fabricio Gomes Gonçalves
Prof^a. Dra. Fernanda Rezende
Prof. Dr. Flávio Aparecido de Almeida
Prof^a. Dra. Francine Náthalie Ferraresi Queluz
Prof^a. Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Prof. Dr. Humberto Costa

Prof. Dr. Joachin Melo Azevedo Neto
Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura
Prof. Dr. José Aderval Aragão
Prof. Me. Julianno Pizzano Ayoub
Prof. Dr. Leonardo Augusto Couto Finelli
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Lapa Junior
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva
Prof^a. Dra. Maria Cristina Zago
Prof^a. Dra. Maria Otília Zangão
Prof. Dr. Mário Henrique Gomes
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Prof. Dr. Nelson J. Almeida
Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez
Prof. Dr. Reinaldo Pacheco dos Santos
Prof. Dr. Rogério de Melo Grillo
Prof^a. Dra. Rosenery Pimentel Nascimento
Prof. Dr. Rossano Sartori Dal Molin
Prof. Me. Silvio Almeida Junior
Prof^a. Dra. Thays Zigante Furlan Ribeiro
Prof. Dr. Wescley Viana Evangelista
Prof. Dr. Willian Carboni Viana
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Acesse a lista completa dos Membros do Conselho Editorial em www.editoracientifica.com.br/conselho

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra passaram por avaliação do Conselho Editorial e revisão por pares externos (*Peer Review*), recebendo a devida recomendação para publicação.

Nota: Esta obra é fruto de um processo colaborativo, configurando-se como uma coletânea na qual os direitos autorais permanecem resguardados para os respectivos autores. Alguns capítulos podem ter origem em trabalhos anteriormente apresentados em eventos acadêmicos; no entanto, os autores foram orientados a adotar o devido rigor na prevenção do autoplágio. A responsabilidade pelo conteúdo de cada capítulo, assim como pela originalidade e integridade das informações publicadas, é inteiramente dos respectivos autores e autoras. O conteúdo da obra não reflete, necessariamente, a opinião da editora, dos organizadores ou dos membros do conselho editorial.

APRESENTAÇÃO

Esta obra é fruto de um esforço colaborativo que reuniu professores, estudantes e pesquisadores cujo envolvimento enriqueceu significativamente as discussões neste espaço formativo. Além disso, resulta de iniciativas interinstitucionais e ações voltadas ao incentivo à pesquisa, congregando especialistas de diversas áreas do conhecimento, vinculados a Instituições de Educação Superior, públicas e privadas, em âmbito nacional e internacional.

Seu principal objetivo é fortalecer a integração entre instituições, tanto no Brasil quanto no exterior, por meio de redes de pesquisa comprometidas com a formação continuada de profissionais da educação. Para isso, busca-se a produção e a ampla disseminação do conhecimento em distintas áreas do saber.

Expressamos nossa profunda gratidão aos autores pelo empenho, comprometimento e dedicação na concepção e finalização desta obra. Esperamos que ela se consolide como um recurso didático-pedagógico valioso, atendendo às necessidades de estudantes, docentes de todos os níveis de ensino e demais interessados na temática.

Ricardo Furtado Rodrigues

SUMÁRIO

Capítulo 01

PRÁTICA PSICANALÍTICA NO CONTEXTO ESCOLAR: NOVOS SOFRIMENTOS EM UM CASO CLÍNICO INFANTIL

Maria do Carmo Gomes Lacerda

 10.37885/250819941 7

Capítulo 02

TEORIA DA TRANSFERÊNCIA ESTENDIDA: A PSICANÁLISE E O SUJEITO NA ERA DIGITAL

Ricardo Furtado Rodrigues

 10.37885/260121027 25

Capítulo 03

ENTRE A DROGA E O FÁRMACO: OS DESTINOS DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA CULTURA CONTEMPORÂNEA

Sophia da Silveira Ferreira; Anamaria Silva Neves; João Luiz Leitão Paravidini

 10.37885/260121119 44

Capítulo 04

LEITURA PSICANALÍTICA SOBRE OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS EQUIPES DE TRABALHO

Douglas Marcel da Silva Buzoni

 10.37885/260221203 64

Capítulo 05

AMADURECIMENTO E PASSAGEM PARA A REALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

Marco Aurélio Davi dos Santos; Jacqueline Mazzoni; Hugo Tanizaka

 10.37885/260321351 80

SOBRE O ORGANIZADOR 96

ÍNDICE REMISSIVO 97

PRÁTICA PSICANALÍTICA NO CONTEXTO ESCOLAR: NOVOS SOFRIMENTOS EM UM CASO CLÍNICO INFANTIL

Maria do Carmo Gomes Lacerda

RESUMO

O trabalho aborda as práticas psicanalíticas no contexto escolar no desvendamento do subconsciente para tratamento de “novos sofrimentos” sendo este um estudo de um caso real, realizado através da técnica e metodologia psicanalítica considerando a singularidade da criança e os sintomas na investigação dentro da escola envolvendo a família e a comunidade desta, e tem como objetivo discutir a relevância da psicanálise a serviço da educação infantil no ambiente, descrevendo algumas estratégias de intervenções do psicanalista na análise e terapia de novos sofrimentos sem descarta a possível presença de traumas que impactam na constituição dos padrões inconscientes e no sucesso psicoterapêutico para a promoção da saúde mental infantil . O estudo foi realizado na abordagem da pesquisa qualitativa, pautada em referenciais psicanalíticos destacando as contribuições de Freud, Winnicott e Klein, e documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, Referencial Curricular Nacional Infantil 1998, Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015. Os resultados da prática psicanalítica dentro da escola indicam que o processo analítico-terapêutico ajuda na compreensão do subconsciente e essa interpretação é imprescindível para o desdobramento dos sofrimentos psíquicos e saúde mental da criança na atualidade com as novas comorbidades mentais de sintomas parecidos, e que o clinicar dentro do contexto social escolar promove o sucesso no tratamento garantindo o envolvimento da escola e família dois ambientes fundamentais no tratamento psicanalítico infantil.

Palavras-chave: Escola infantil; desafios da psicanálise; subconsciente; sofrimentos mentais.

INTRODUÇÃO

O trabalho é o estudo de caso com registro de momentos de um tratamento psicanalítico realizado com uma aluna no contexto escolar da educação infantil a qual aguardava o diagnóstico de (TEA) e seria mais uma, para os 2,4 milhões de pessoas com o transtorno no Brasil conforme senso do IBGE de 2022, cuja análise vai dar novos desdobramentos para esta investigação e destacar a importância da psicanálise na Escola da educação infantil para o tratamento nos sofrimentos mentais na infância para a formação do psiquismo e desvendamento do subconsciente, o trabalho descreve algumas técnicas psicanalíticas dentro da escola em parceria com a pedagogia (ciência que estuda a educação e os processos de ensino aprendizagem) e neuropsicopedagogia (uma neurociência psicologia e pedagogia voltada para a dificuldade de aprender) uma técnica que leva em consideração a singularidade da criança, e o tempo de disponibilidade para atendimento no interior da escola, a criatividade, o brincar para a comunicação pelos símbolos. O detalhamento do caso acontece no primeiro capítulo e nos capítulos posteriores estão as discussões teóricas embasadas principalmente em Freud, Klein e Winnicott sobre a clínica psicanalítica na Escola Infantil, a formação do psicanalista, os desafios da psicanálise na escola, os padrões Inconscientes, o brincar e a estrutura dos traumas psíquicos emocionais na infância e finaliza com as considerações finais.

DETALHAMENTO DO CASO CLÍNICO

A aluna com o codinome Sininho, foi matriculada na instituição de ensino Infantil X, aos quatro anos, filha de pais não consanguíneos e sem antecedentes pré ou perinatais relevantes, na diagnose escolar, surgiu a queixa: Comportamento de isolamento, dificuldade de expressar emoção, não gostar de contato físico, desinteresse em comunicar-se, não usar a linguagem verbal, não reagir aos estímulos, a linguagem gestual usava apenas para as necessidades fisiológicas, sem interação e ou entusiasmo, embora desse a entender que tinha capacidade de entender o que ouvia. Os Sintomas dificultariam o ensino aprendizagem das habilidades e competências dos campos de experiências,

por isso foi encaminhada a coordenação cuja pedagoga e psicanalista faz uso da psicanálise nos atendimentos de orientação educacional.

Freud diz que tinha por hábito tomar o paciente em atendimento provisoriamente por algumas semanas, tanto para fins de diagnóstico- onde ele pretende verificar se o paciente estaria apto a realizar uma análise-quanto para poupar o paciente de ideia de uma cura fracassada, se viesse a interromper o tratamento nesse período. Entretanto, ao mesmo tempo ele nos adverte 'Este experimento preliminar, contudo, é ele próprio, o início de uma psicanálise e deve conformar-se às regras desta (Freud,1996 b,p.165).

Conforme Freud, a análise iniciou-se em março de dois mil e vinte e quatro na entrevista com a professora, auxiliar da sala e família, na anamnese a mãe disse que já sabiam, e a investigação estava em andamento com hipótese de Transtorno do Espectro Autista, mas queria colaborar com o atendimento psicanalítico na escola, contou que com um ano e alguns meses ela falava palavras, era feliz, interagia com todos e brincava com os familiares como: a irmã, a tia paterna a qual auxiliava nos cuidados dela, o comportamento normal durou enquanto moravam com o pai e a tia, porém certo dia o casal se desentendeu e no conflito o casal separou-se, após a separação, a mãe, Sininho e a Irmã mudaram-se de cidade, para a casa da avó materna, e foi a partir daí que ela mudou o comportamento fechando-se para todos, embora fosse acolhida não aceitava afeto nem mesmo da mãe e do irmão, e que logo que percebeu o comportamento pensou ser um sintoma de doença física, por isso levou-a ao atendimento médico foram feitos os exames e não havia nada de anormal, visto isso procurou atendimento da saúde mental e estavam na fase de investigação para TEA, quando o casal resolveu reconciliar-se, e retornaram pra casa paterna, mas apesar de voltar a rotina e a cidade os sintomas de sofrimento da criança continuavam. No primeiro atendimento da Sininho a mãe estava em sua companhia, mas ela ficava olhando pro chão, como se pudesse esconder-se no espaço abaixo, sem brinquedos, pegou uma massinha e ficou amassando, parecia viajar naquela bolinha numa fuga mental, sem curiosidade, nem contato, trabalhando a coordenação nem o chamado da mãe despertava sua atenção.

As sessões de análises seguiram duas vezes por semana em tempo de cinquenta minutos de acompanhamento individualizado com a psicanalista

na escuta atenta, com a ética profissional (uma prática atenta na fala e no desejo do analisando, sem oferecer respostas e ou impor valores) respeitando a autonomia reconduzindo a criança a seu próprio desejo, criando um espaço seguro e de confiança. Nas primeiras semanas ela ficava embaixo da mesa com algum brinquedo que levava de casa, raras vezes sentava na cadeira e quando o fazia ficava cabisbaixa mexendo os dedos, negando -se a manter contato visual, o primeiro balançar negativo com a cabeça foi uma evolução na terapia, comemorado na sessão com a família na qual estavam presente o pai a mãe e a irmã, no encontro apesar de Sininho continuar em silêncio sentou se no colo do pai, com o olhar atento a todos os movimentos, com interesse nas conversas, pegou um quebra cabeça e junto com a família montaram, no início ela ficava só olhando, aos poucos foi entregando peças a família, com segurança.

Alguns meses de encontros e ela continuava séria, sem aproximação, com raros acenos de cabeça na negativa ou afirmativa, concentrava se bem nas atividades de neuro psicomotricidade, gostava de recortar bonecos, encher balões e pintar com lápis e guache e numa dessas tarde na contação de história de João e Maria, quando chegou a parte final quando o pai reencontra os filhos, e que a partir do encontro são felizes pra sempre. Ela esboça um sorriso emocionada, e ao final monta um quebra cabeça para sua faixa etária rapidinho, sem timidez e naquele dia despediu se acenando com adeus, sinal que o acesso ao subconsciente estava em andamento conforme a citação:

Nas crianças, além de não haver um aparelho mental desenvolvido e capaz de se expressar por palavras, a ansiedade impede as associações verbais. A representação por meio de brinquedos, por estar de certa forma afastada da própria criança, está menos investida de ansiedade. "Se conseguirmos aliviar a ansiedade e obter, numa primeira instância, mais representações indiretas, não há dúvida de que poderemos trazer para a análise a mais completa expressividade verbal de que a criança é capaz" (Klein, 1927/1996, p. 176).

Como diz Klein, para ter sucesso na psicanálise infantil deve-se brincar e ir além da clínica, nesse caso incluir professoras nas sessões e orientações sobre as ferramentas psicanalíticas, pedagógicas bem como as da neuro psicopedagogia, diante disso realizou se a reunião visando a organização do

Planejamento Educacional Individualizado o qual objetiva a superação das limitações e peculiaridades, o que exige o olhar nos sintomas não como imutável, mas como superáveis, para destacar as habilidades e competências necessárias. Na ocasião realizou-se reflexões da psicanálise, e dos referenciais teóricos como a compreensão de Freud, sobre importância das experiências vividas na formação da subjetividade infantil, aprofundou-se sobre a importância do brincar como forma de acesso ao mundo subjetivo da criança fundamentando em Melanie Klein, pois para ela o brincar leva ao conhecimento das angústias, fantasias e das experiências inconscientes na formação psíquica dessas, discutiu-se na comunidade escolar a necessidade de considerar o que diz a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) sobre inclusão, que coloca o desenvolvimento psicomotor, o lúdico e a importância dos pais, alunos e educadores nessas atividades de neuro psicomotricidade no trabalho de inclusão, destacando a contribuição desta na socialização por ser capaz de envolver a todos nas brincadeiras e jogos no processo pedagógico favorecendo a diversão e bons sentimentos como o de pertencer levando a criança a superar desafios e aceitar vitórias e derrotas com maior domínio da inteligência emocional, e permitir-lá criar novas histórias para o consciente e subconsciente. Após a reunião, seguiu-se as sessões com Sininho, e foi a vez da estratégia de brincar com o microfone colorido, óculos coloridos e um avental como suporte de contação de história, ela retribuiu com sorrisos, e nas sessões posteriores começou a manipular o microfone, simular o uso, com gestos, ainda sem o verbo, e para dar a ela a sensação de estar livre fez-se uma tenda com colchonetes e dentro foi colocado o microfone, os óculos e o avental, e com tempo e paciência ela começou a usar o microfone era possível ouvi-la falar baixinho com escuta atenta, e pela aberturas foi possível vê-la colocar os óculos o avental, pegar livros e bonecas, e contar histórias para as bonecas que foram acrescentadas na barraca.

Em atendimento da família, na busca do acesso a subjetividade da criança, a reflexão foi sobre o que diz Freud, quanto aos traumas infantis e os impactos no desenvolvimento da personalidade, pois o trauma infantil ainda é presente no século XXI e tem grande demanda apesar dos sintomas serem muito confundidos com outras formas de novos sofrimentos e ou ansiedade, depressão, transtornos, dilemas emocionais entre outros. Pontuou-se a necessidade de dar mais segurança e confiança considerando esse caminho também no silêncio da

Sininho. No atendimento individual da criança nova estratégia, a caixa mágica: uma caixa cheia de materiais como: bloco de desenhos, lápis de cor, hidrocor, guache e pincel, tesoura, figuras, revistas e avental e era hora de pra brincar, a maratona da pintura de desenhos, com regra; pintar todos na semana, ela não conseguiu concluir tarefa, resmungou insatisfeita. Semanas de terapia avançando ela começara a desenhar livremente na prancheta, ficava horas criando, os desenhos eram separados e selecionados para o entendimento do universo do subconsciente dela, na evolução a comunicação gestual, os desenhos, jogos e brincadeiras possibilitavam o que Freud chamou de associação livre, ela expressava seus sentimentos com sorrisos e abraços, apesar de ainda não usar muito a linguagem verbal, mais dizia: não, sim, pai, mãe e a interação social já caminhava bem, já tinha uma amiga preferida, estava menos desconfiada, ainda tímida, cabisbaixa, precisando de aprovação nas artes que fazia com dedicação, mas sinalizava o que pensava de si, obedecia a comandos como: desenha cenas, brinquedo preferido, e até desenhou o quebra cabeça que montou com a família, a roupa que mais gostava; um vestido; da família ela fez três desenhos: em um estavam a mãe, o pai a irmã, a tia e ela, em outro estavam ela, a mãe e a irmã, e no outro estavam ela, a mãe, a irmã e o pai, na sucessão com progresso das terapias psicanalíticas começou a pintar tudo que havia desenhado e a contar com acenos algo sobre se era bom ou ruim e a partir dali havia um bloco de coisas boas e outras não. Foram meses de convívio e atividades psicanalistas para aprofundar nas emoções, pensamentos inconscientes dela sempre através do lúdico, jogos e brincadeiras, agora chegara a hora da dramatização a princípio sem falas só movimentos e mímicas, isso já era uma porta para compreender seu mundo de emoções, um caminho pra verbalização dela, e de uma palavra em gesto ela começou a fazer cenas inteiras, com danças, e movimentos e mímicas externava angustias, medos, e o mundo subconsciente se tornando aparente com as dificuldades emocionais que aos poucos iam sendo interpretadas. Nessa faixa etária as estratégias precisam ser diversas, e nas semanas seguintes mudou-se de estratégia com a caixa revelação, nela havia um espelho no fundo, que a criança segurava enquanto ouvia a história, a história era da própria criança bem especial, e no final da história acontecia a revelação; a criança abria a caixa e via -se no fundo ou seja no espelho, a partir da revelação a criança daria o final da história. Com a Sininho no Final ao olhar

se depois de ouvir tanto sobre ela mesma, emocionou-se, com sorrisos ajeitou os cabelos, e chorou, na sequência foi abraçada e abraçou. Aquele dia levou um para casa: 'Desenhe o porquê das lágrimas, o desenho que devolveu no encontro seguinte, como combinado, foi revelador, era de se esperar pois haviam se passado nove meses de análise, então o desenho dela foi transformado em teatro com o final da sua própria criação onde ela mesma interpretava com mímicas e gestos, e contracenava com outros personagens, alguns colegas da sala acontecia a evolução da psicanálise (método terapêutico de Freud que explora o subconsciente p/ entender e tratar os sofrimentos mentais) assim a fala gestual surgiu espontânea e comunicativa.

"A psicoterapia é feita a partir da sobreposição de duas áreas do brincar, a do paciente e a do terapeuta, e trata-se de duas pessoas que brincam juntas. O brincar é por si mesmo uma terapia e pode até prescindir da interpretação verbal. O papel do analista é o de sustentar este brincar do paciente, no espaço e tempo construídos transferencialmente (Winnicott 1975, p.75).

Como afirmou Winnicott o brincar junto, constrói uma relação aberta e livre porque brincar liberta e é por si só uma terapia por isso o brincar junto constrói relações seguras e confiantes e foi essa conquista do brincar psicanalítico com parceria com a pedagogia e a neuro psicopedagogia que transformou a clínica escolar num espaço de transferência, interpretação e compreensão desenvolvendo a confiança e autonomia da Sininho com o poder de teatralizar, criar figurinos, improvisar com o material possível, sugerir que livros de histórias queria ouvir, escolher brinquedos, definir o que fazer nas sessões e decidir ser feliz no final do décimo mês de análise e terapias, e na devolutiva a hora de montar seu livro com as suas produções, foi realizado numa tarefa conjunta analista e analisante e na organização quando lhe era perguntado : -O que desenhou aqui? -O que quis contar nesse desenho? Ela gesticulava se fazendo entender para a analista escreva, e aos poucos empolgada e livre, finalmente chegou a tarde em que ela falou verbalmente sobre o sol que havia desenhado, porque falava tudo sem precisar de rabiscos, garatujas e desenhos depois de quase um ano de terapia era possível falar, conversar e colocar finalmente a dor em palavras, um sucesso da psicanálise em tempos atuais no modo presencial na escola.

A CLINICA PSICANALÍTICA NA ESCOLA INFANTIL

Formação do Psicanalista

Sigmund Freud usou pela primeira vez em 1986 a palavra “psicanálise” para descrever o método e a técnica de investigação da mente humana, escrevendo a teoria-prática e conceitos próprios que baseia -se na associação livre onde o paciente fala livremente para acessar o subconsciente, no qual emoções e pensamentos reprimidos são libertados e tornam se conscientes, e o terapeuta usa a atenção flutuante para interpretar as falas, os sonhos, os atos falhos do inconsciente com o objetivo de alcançar o insight, ou seja a cura e desde então, passarão se 129 anos do nascimento da formalização, mas até os dias atuais, ainda há quem questione a formação do psicanalista, o ser ou não ser ciência e a compara com a psicologia na maioria das vezes menosprezando-a, e essas são algumas formas de preconceito promovido pela ignorância sobre o Psicanalista embora a prática tenha dado resultados de sucesso ao longo dos anos e mantenha uma formação séria e comprometida, baseada no Tripé psicanalítico: **análise pessoal, supervisão clínica e estudo teórico e prático**; e além da formação na psicanálise o profissional tem sempre outras formações prévia em área de humanas, a exemplo: Freud era médico neurologista e psicanalista e não fez análise com outro psicanalista porque foi o fundador desta, porém foi influenciado por diversos pensadores e colaborou e teve colaboradores como outros médicos e psicólogos, como Breuer e Jung que inclusive os ajudaram a escrever sua teoria; Winnicott era médico pediatra e psicanalista e fez análise com Strachey por dez anos e teve Klein como sua mestra e Melanie Klein era formada em arte, história e psicanálise e fez análise com os psicanalistas Ferenczi de (1912 a 1919) e Abraham, sendo influencia por Ferenczi para a psicanálise infantil, percebe-se que o tripé que continua como exigência na atualidade vem da origem da formação psicanalítica, uma formação com profissionalismo e profissionalização importantes para exercer o ofício na escola infantil e em qualquer lugar.

A Clínica Psicanalista na Escola e os Desafios da Psicanálise Contemporânea

A nomenclatura Clínica psicanalista foi nominada por Freud. A palavra clínica tem origem no grego Kline, e significa leito e instrução médica ao lado do leito o termo é usado desde o final do século XIX, lá o leito foi substituído por divã, como lugar para a escuta dos sintomas e patologias. Hoje no século XXI vive-se um novo contexto sócio- econômico, político, cultural e tecnológico no qual tem influência das inovações digitais em todos os aspectos da vida humana, e é caracterizados pela Inteligência Artificial, computação de nuvem, Internet, cibersegurança, e biotecnologia o que forçou a psicanálise repensar o lugar de atendimento que atualmente é a distância, embora o presencial com ou sem divã seja uma realidade e mais proveitosa, grifo meu, porém é importante ressaltar que quando fala-se de atendimento psicanalítico infantil a escola constitui-se um lugar um espaço mas adequado do que home office para essa clínica porque é propício para a sociedade que se apresenta, na qual as famílias em sua maioria não têm tempo para interagir, e as crianças estão mais tempo na escola instituição que tem a tarefa importante de desenvolver global e integral a criança de modo a encaminhar a evolução da humanidade, e para tanto precisa propiciar recursos psicanalíticos para a evolução social e cultural desta que vem ao longo do desenvolvimento crescendo em número e variedade de sofrimentos mentais, por isso visando revelar enigmas os sintomas dos sofrimentos mentais nas diferentes demandas deste mundo globalizado, é imprescindível que a psicanálise entre para a escola pois é a única que se dedica a desenvolver o conhecimento do subconsciente/consciente e revelar memórias, afetos, fantasias, repressões numa compreensão analítica do funcionamento psíquico inconsciente.

Desafios da clínica psicanalista Infantil Atual

Com as mudanças contextuais os desafios da clínica da psicanálise principalmente voltada para a infância aumentaram com a necessidade de clinicar de modo móvel, ou seja ela tem que ser flexível em horário e local de atendimento e ao mesmo tempo precisa de organização de tempo e local com regras e para tanto é imprescindível estabelecer mais parcerias inclusive no pedagógico com

o professor, fortalecer a relação com a família e com outros espaços e pessoas que façam parte do cotidiano do analisante porque é importante que ela garanta os direitos de desenvolvimento integral que envolvem os aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos da criança bem como desenvolver habilidade com a tecnologia, tanto para o bem como para reconhecer os males que ela pode causar na infância devido ao uso excessivo.

E com o desafio de necessitar estar onde a demanda está ela tem que estar também na escola e para tanto tem o desafio de conhecer mais áreas como a pedagogia, neuropsicopedagogia e a legislação Infantil entre outras para que esse atendimento tenha sucesso com os sujeitos que estarão envolvidos no processo analítico da criança que é vista no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasília, 1998) assim: "as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio" fortalecendo a importância de conhecer o objeto de estudo da psicanálise o seu inconsciente a sua verdade, colocando a responsabilidade da escola oportunizar esse atendimento.

(Rego,2003) Afirma que é nesse espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global.

Portanto a escola e a psicanálise estão desafiadas conjuntamente a garantir esse desenvolvimento global para a diversidade com um agravante no contexto social que é o número elevadíssimo de crianças com necessidades especiais, especialmente com o transtorno do espectro autista, que já somam mais de 70 milhões de pessoas diagnosticadas no mundo segundo a ONU, não especificados a quantidade de casos em investigação para o diagnóstico de TEA (um distúrbio do neurodesenvolvimento) sendo ainda um enigma para a ciência, e o diagnóstico é feito pelos sintomas e comportamentos os quais podem estar presentes em outros sofrimentos mentais, e a psicanálise com seu objeto de estudo tem relevância nesse diagnóstico, com estratégias que vão além do brincar.

Freud(1980a) afirma que o desejo mais importante que movimenta o brincar é o desejo de ser adulto.

E é certo que para a demanda infantil mesmo que o brincar, nem sempre seja o desejo de ser adulto, este sempre terá uma função de comunicação importante para desvendar o subconsciente, e é por isso que Melanie Klein

formalizou a técnica do brincar, aplicando a ideia freudiana com uma significação simbólica equivalendo a um sonho, pensamento, memória e associação livre, no entanto na atualidade o brincar é um desafio, as crianças da era tecnológica que preferem brincar individual com as telas, negando-se a usar outro suporte e ou brinquedo, desafiam a psicanálise a criar e recriar novos modos de brincar e de comunicação, ou atraindo-os para as artes e velhas brincadeiras que despertam todas as áreas cerebrais.

PADRÕES INCONSCIENTES

Desvendando os Padrões Inconscientes na clínica escolar infantil

Freud, na obra 'Análise de uma fobia em menino de cinco anos' publicada em 1909 já pontuou dificuldades para entender a mente infantil, porque nessa faixa etária fica difícil botar os sentimentos, sonhos recalcados em palavras e se a associação livre não acontece no processo impossibilitando desvendar o inconsciente, diante disso, ele afirma que só foi possível fazer a análise do pequeno Hans, porque foi conduzida por seu pai, na parceria, Freud analisava o pequeno indiretamente, pelos relatos semanais do pai, porém na atualidade que horas o pai faria essa atenção flutuante para levar ao analista semanalmente? Na sociedade hoje os pais não estão em casa e a criança estuda, e ainda há o agravante das famílias nas telas azuis, exemplificando, a mesa posta e todos falando ao celular ou jogando, salvo as exceções a interação presencial nas famílias esta falha, e o para o analista a necessidade de estar dentro do ambiente escolar com atendimento presencial em parcerias que na escola vai além da família, uma porque a criança é inserida no ambiente escolar a partir dos três anos e antes disso nas creches em turnos que vão de parcial a integral e o período na escola da educação infantil outra a atenção voltada pra ela na escola é de vários indivíduos o que facilita o desdobramento do inconsciente infantil, e leva o analista a compreender os padrões de comportamento as respostas do inconsciente, objeto de investigação da psicanálise que é a única teoria e método voltada para a compreensão do inconsciente.

Esses padrões inconscientes além de psíquico podem ser influenciados pelo ambiente, família, crença e ou experiências vividas, o que justifica a

importância da clínica psicanalítica na escola infantil, esse ambiente diversificado de aprendizagem que reúne grupos em interação com regras e valores diversos permeados de conflitos, espaço de inclusão com o dever de garantir o autoco-nhecimento de emoções pessoais para o bem estar mental e o bom convívio entre os diferentes. Que para promover a boa interação tem que oportunizar o bem estar, o alívio das angustias trabalho esse, que o psicanalista que busca conhecer as aflições inconscientes pode facilitar com a sua compreensão do subconsciente através da fala do analisante com técnicas específicas para a comunicação porque a criança não domina a linguagem verbal capaz de contar o passado, de fazer-se entender de modo revelar a origem do seu sofrimento mental mas o psicanalista no seu clinicar vai criar meios de comunicação possível para exercitar as técnicas e ferramentas que auxiliem a atenção flutuante, e a associação livre porque só ele é capaz de desvendar o inconsciente, explorar o que tem na memória como as fantasias, os afetos, os sonhos, os sofrimentos, recalques, medos entre outros num processo que se faz possível ao avançar com a terapia no sentido de modificar o que precisa ser mudado levando o analisando a consciência do inconsciente, e alcançar o bem estar mental de modo a romper os ciclos de comportamentos indesejáveis.

O brincar e a ludicidade na psicanálise infantil

Melanie Klein, formulou conceitos que redefiniram a teoria e a prática psicanalítica na infância, adaptando as técnicas freudianas para a condução do tratamento de crianças, porém diferente de Freud, ela reconhecia que a criança, apesar de mergulhada nas relações com os objetos primários como a mãe a relação transferencial poderia ser com um adulto, mesmo que sendo um estranho, para isso seria importante aplicar a técnica do brincar e a ludicidade de modo a acontecer a associação livre e atenção flutuante e assim certamente o analista desvendaria o inconsciente da criança, tornando possível a interpretação e transferência no processo analítico.

*“Na análise de crianças é só a interpretação, na minha experiência, que dá início ao processo analítico e o mantém em andamento”
(Klein, 1932/1997, p. 94).*

Para ela a partir do brincar e da ludicidade o processo analítico é possível com a interpretação dos processos inconscientes das crianças porque durante o brincar elas elaboram seus conflitos, que são iniciados desde os primeiros estágios da vida, quando a criança experimenta sentimentos edípicos e começam a desenvolver seu Super eu.

A análise de crianças muito pequenas tem mostrado repetidamente quantos significados diferentes pode ter um único brinquedo ou um único segmento de uma brincadeira e que só podemos inferir e interpretar o seu significado quando consideramos suas conexões mais amplas e a situação analítica em que se inserem. (Klein, 1932/1997, pp. 27-28).

Convém entender que para compreender e interpretar o significado de um brinquedo Ou brincadeira para uma criança é preciso conhecer o seu jeito singular de ser e estar no mundo porque no universo da criança elas podem até ter características comuns no entanto são únicas, especiais e diferentes inclusive nas vivências e experiências e isso vai definir os padrões inconscientes responsáveis por ações e reações, e para que o brincar e a ludicidade sirvam na interpretação do inconsciente é essencial atenção flutuante.

ESTRUTURA DOS TRAUMAS PSÍQUICOS EMOCIONAIS NA INFÂNCIA

Freud foi o primeiro a teorizar ao descobrir a estrutura do trauma infantil como situações marcantes na vida da criança que podem gerar **recalque** e se não tratado em algum momento e pode ressurgir na vida adulta, porque dependendo de como os eventos forem processados no **inconsciente** torna se um **trauma** e os processos podem estar ligados a sexualidade, fantasias inconscientes e desamparo e o trauma se desenrola na infância de modo desconhecido e pode reativar em outro momento gerando a experiência traumática ou seja é **two - stage** (dois momentos). Para ele as experiências traumáticas na infância tem um impacto grande e duradouro na vida e formação da personalidade do sujeito, gerando sintomas como a depressão e ansiedade e análise psicoterapeuta vai trabalhar para que a criança tome consciência das vivências traumáticas de

modo a compreender e aprender a lidar com sua história e impedir os sintomas de pulsão traumática sendo importante analisar as experiências vividas por ela

E Klein baseada nas obra dele (Freud), desenvolveu técnicas de análise infantil focada no mundo interno da criança, ela diz que os traumas surgem no início da vida na fase que ela caracterizou pela divisão do mundo em objetos bons e maus, usando a **projeção** que é atribuída aos próprio impulsos que podem ser agressivos e destruir o que entende por mau e a **introjeção** que incorpora as qualidades boas dos objetos para fortalecer esses são conceitos para **externalizar** e **internalizar** o bom e o mau objeto onde o mau quer destruir o eu, isso acontece nos primeiros meses, ela explica isso criando alguns conceitos como a **posição esquizoparanóide** exemplo: o bebê vê o seio materno como um objeto bom pois sacia a fome e mau que frustra sendo então fonte de angustia o que pode resultar em comportamentos futuro da criança, gerando nessa **fase a estrutura dos traumas psíquicos** e se esta posição não for superada e sim fixada poderão apresentar insegurança, paranoia e síndromes persecutórias na vida adulta porém quando superada passa a posição depressiva nos quatro meses até um ano, que é quando o bebê integra o bom e mau no mesmo objeto exemplo : ela percebe a mãe como objeto completo como boa e mau ,então a criança começa a sentir medo que seus impulsos venham a afasta lá da mãe, e nessa **angustia** desenvolve o **recalque** das emoções, pois passa a inibir a agressividade, esse auto controle, promove a **posição depressiva** que só é superada quando estabiliza as emoções. Mas a estabilidade emocional encontrada, pode em algum momento da vida reaparecer com os sintomas dos traumas e a depressão voltar em situações como: separações, falências, lutos, forte emoção negativa como perdas, advertindo que a fase de desenvolvimento deve oferecer o conforto para que haja um adulto estável no emocional com mente sã.

Enquanto na concepção de Winnicott os traumas infantis nem sempre acontecem por eventos fortes mais sim por falhas ambientais ou seja o ambiente deve oferecer cuidados e sustento necessário para que o bebê não se torne agressivo contra o que lhe falta, e que essa falta também pode levá-lo a criar um falso self, a dispersão sem sonhos de futuro e incapacidade de brincar gerando assim o trauma que pode ser tratado na psicanálise com regressão terapêutica através do holding(suporte) analítico que permite regredir até a dependência revivendo os estágios precoces do amadurecimento agora num lugar seguro

e providente para a recuperação do verdadeiro self ao se apropriar das experiências traumáticas, diferente de Freud por focar se nas relações interpessoais e no ambiente enquanto Freud teve como objeto de estudo para o trauma as pulsões e as representações do subconsciente.

Já as demais ciências afirmam que geralmente são a partir dos **três anos** de vida no período chamado infância que ocorre os principais desenvolvimento no cérebro e no **sistema nervoso central** quando já podem ser mais identificados e percebidos os **sintomas e comportamentos de sofrimentos mentais** é quando os adultos, conseguem ver os **comportamentos sintomático**, essas primeiras percepções são **fundamentais para o início do diagnóstico e tratamento**, mas, é precisa da ajuda de especialistas para um diagnóstico, e quanto antes iniciar os cuidados mentais melhores serão os resultados, no entanto na atualidade os pais salvo as exceções, costumam ver menos os filhos durante a semana isso coloca os professores e cuidadores bem como o contexto escolar infantil com a responsabilidade de ter essa percepção e identificar sintomas nas crianças, principalmente porque escola é um ambiente de convívio que realiza avaliação e parecer de desenvolvimento pedagógico e comportamental, isso requer um olhar atento que pode ajudar a identificar os indícios de sofrimento mentais como as depressões e ansiedades causadas por traumas que são cada vez mais frequentes em crianças e isso promove de modo crescente a necessidade da análise e terapias com psicanalistas para investigar o subconsciente objeto de investigação da psicanálise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto familiar na atualidade é diverso na sua configuração além disso há uma individualização em decorrência da busca por realização pessoal no mercado de trabalho e a tecnologia, isso tudo impactou diretamente no convívio dos pais com as crianças, e a família vem falhando na interação, desenvolvimento e na capacidade de conhecer comportamento das crianças, a escola é quem vem assumindo esse compromisso a partir do ingresso na creche em tempo regular e ou integral devido a parcela cada vez maior em tempo de convivência e relações interpessoais dessas crianças na escola o que exige a integração escola-família no tratamento psicanalítico sendo fundamental, principalmente

na atuação do psicanalista no ambiente escolar, com desafios cada vez maiores devido a demanda carregar na bagagem crises existenciais e novos sofrimentos mentais como os diversos transtornos de sintomas parecidos o que justifica a psicanálise a qual tem capacidade de adaptação para o atendimento do seu objeto de estudo na escola. A análise terapêutica vai contribuir no diagnóstico dos sintomas podendo levar a cura, pois a psicanálise historicamente é marcada por sucesso em tratamento dos traumas gerados por eventos de rupturas, desamparo recalques entre outros, estão disponíveis diversas contribuições teóricas-metodológicas para o tratamento psicanalítico, e algumas divergem, outras integram e ou baseiam-se em Freud, mas este estudo se caso ancorou se em Freud, Klein e Winnicott psicanalistas os quais contribuíram com a psicoterapia infantil, e nessa base foi possível resolver os sofrimentos desse caso que sugeria ser TEA devido a sintomas, mas que revelou se trauma provocado por sentimento de luto, tristeza e angustia devido a separação dos pais e mudança de cidade, a criança recalcou a raiva dos pais, a pena de si e da família e agregou o medo, esses sentimentos negativos e desejos agressivos camuflados pelo auto controle, gerou o estado de silêncio como meio de reprimir a dor e esconder a fraqueza por falta da força que ela queria ter, a reconciliação dos pais lhe davam incerteza, receio de novos conflitos e separação ocasionando ansiedade traumática, Com a análise e terapias ocorreu o que a psicanálise chama de estabilidade das emoções. Na parceria, da psicanálise-escola -família e uso de métodos e técnicas como o BRINCAR tornou o inconsciente real para a consciência e após isso foi possível a construção de novas vivências destaca se que o caso foi um tratamento presencial na escola da educação infantil.

REFERÊNCIAS

APA. American Psychiatric Association, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais:DSM-5. Porto Alegre .Armed 2014.

A.; PERUZZA, A. P. M. Tecnologia de Realidade Virtual Aplicada à Educação Pré-Escolar. São Leopoldo, [s. n], 2002.

BRASIL.Lei.9394, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Editora do Brasil.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para educação Infantil, Brasília, DF: MEC,1998.

CHAUÍ,M.(1997). Subjetividades Contemporâneas. Instituto Sedes Sapientiae,1,n1.São Paulo.

FRANCO, Sergio de Gouvêa. O brincar e a experiencia analítica. *Ágora*, Rio de Janeiro, v.6,n.1,p.45-95, jun,2003.<http://19.1516-14982003000100003>.

Freud, S. (1996b). Análise de uma fobia de um menino de cinco anos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 10, pp. 11-134). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1909).

FREUD, S. (1996). Obras completas de S. Freud Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980). História do movimento psicanalítico. In S. Freud, Obras completas (Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914b).

Rego, T.C. (2003).Memórias de escola; Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes.

Klein, M. (1991). A técnica psicanalítica através do brincar: sua história e significado. In M. Klein, *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (L. P. Chaves *et al.*, trans, pp. 149-168). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1955[1953]).

KLEIN, Melanie. *Psicanálise da criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1969.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015b.

Winnicott, D. W. (1975c). O brincar: Uma exposição teórica. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (J. O. A. Abreu & V. Nobre, Trans, pp. 59-77). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1968).

TEORIA DA TRANSFERÊNCIA ESTENDIDA: A PSICANÁLISE E O SUJEITO NA ERA DIGITAL

Ricardo Furtado Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

RESUMO

O presente capítulo propõe e fundamenta a *Teoria da Transferência Estendida*, uma ampliação do conceito clássico de transferência psicanalítica adaptada às condições de subjetivação da era digital. Considera-se que o sujeito contemporâneo, imerso em uma cultura de hiperconexão e constante exposição ao olhar do Outro virtual, estabelece novos modos de relação transferencial mediados por tecnologias. Redes sociais, algoritmos e inteligências artificiais não apenas configuram ambientes de interação, mas também emergem como entidades simbólicas e afetivas, investidas libidinalmente e dotadas de função psíquica no campo do desejo e da repetição. A partir de uma abordagem teórico-clínica qualitativa, o estudo articula as formulações freudianas e lacanianas sobre a transferência, entendida como fenômeno de repetição e relação com o sujeito-suposto-saber, às teorias contemporâneas da subjetividade digital (Bauman, Han, Turkle, Hermann, Zuboff). Propõe-se que o digital, longe de ser mero meio de comunicação, opera como novo espaço transferencial, no qual o inconsciente se manifesta por meio de vínculos com objetos virtuais, perfis, avatares e algoritmos que ocupam lugares de idealização, controle e desejo. Conclui-se que compreender e manejar tais fenômenos é condição indispensável para que a psicanálise preserve sua potência interpretativa diante das novas configurações do sujeito hiperconectado, cuja subjetividade se constitui em diálogo constante com o Outro algorítmico.

Palavras-chave: Transferência Estendida; Subjetividade Digital; Inconsciente Algorítmico.

INTRODUÇÃO

A gestão do esporte e do lazer tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, impulsionadas por mudanças sociais, institucionais e tecnológicas. Tradicionalmente marcada por modelos administrativos centralizados e pouco integrados, essa área enfrenta, na contemporaneidade, desafios relacionados à escassez de recursos, à ampliação do acesso da população, ao aumento das exigências por transparência e à necessidade de maior efetividade e impacto social dos programas esportivos e de lazer.

Desde sua origem, a psicanálise tem se dedicado à escuta dos modos de sofrimento e de desejo que emergem em cada época. Ao formular a teoria da transferência no início do século XX, Freud situou-a como o motor da experiência analítica: uma repetição viva das relações afetivas inconscientes que estruturam o sujeito e que, ao se atualizarem na relação com o analista, permitem elaboração e transformação. A transferência tornou-se, assim, um dos pilares da clínica psicanalítica, sustentando o método como espaço privilegiado do inconsciente.

Entretanto, o cenário contemporâneo apresenta uma configuração radicalmente distinta daquela em que a psicanálise nasceu. A sociedade digital, marcada pela hiperconexão, pela aceleração da comunicação e pela presença constante de dispositivos tecnológicos, transforma as formas de relação do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o mundo. As fronteiras entre o público e o privado, o real e o virtual, o interno e o externo tornam-se porosas, configurando um novo tipo de laço social mediado por telas e algoritmos. Nesse contexto, o olhar do Outro assume a forma de um olhar fragmentado, automatizado e impessoal, aquele que opera sob lógicas de validação, reconhecimento e controle. Esse olhar fragmentado e impessoal é a nova configuração do Outro digital que Lacan descreve posteriormente.

Como já advertia Freud em *O mal-estar na civilização* (1930), cada época cria suas próprias formas de sofrimento psíquico. Assim, compreender o sujeito digital exige reconhecer a historicidade do inconsciente e suas novas expressões no laço social. A psicanálise, enquanto método de leitura da cultura, é convocada a interpretar os sintomas emergentes do tempo presente, onde o digital se torna o novo cenário do desejo.

Se, como afirmou Lacan, o inconsciente é estruturado como uma linguagem, torna-se necessário indagar o que ocorre quando essa linguagem é mediada por códigos digitais, fluxos de dados e redes interativas. Como se configuram o desejo, a fantasia e a repetição quando o sujeito se constitui sob o olhar de um Outro digital composto por avatares, curtidas, seguidores e algoritmos de recomendação? Essas questões deslocam a teoria da transferência de seu campo tradicional e exigem uma ampliação conceitual capaz de dar conta das novas formas de laço e identificação que caracterizam a era digital.

Nesse horizonte, propõe-se a Teoria da Transferência Estendida, compreendida como uma expansão do conceito clássico de transferência psicanalítica para abarcar os vínculos inconscientes que o sujeito contemporâneo estabelece com objetos e entidades digitais. O digital deixa de ser mero meio técnico e passa a constituir-se como campo simbólico de investimento libidinal, no qual o sujeito projeta afetos, fantasias e traços de sua história psíquica. Redes sociais, inteligências artificiais e algoritmos assumem, assim, funções de espelho, de ideal do eu e de sujeito-suposto-saber, tornando-se destinatários inconscientes de desejo, angústia e repetição.

A pertinência dessa proposta teórica ancora-se na observação clínica de novos sintomas e formas de sofrimento decorrentes da vida digital. Casos de dependência de redes, angústia diante da ausência de validação virtual, sensação de vazio quando desconectado e crises identitárias sob o olhar do Outro virtual tornaram-se recorrentes no setting analítico. O sujeito hiperconectado não apenas interage com as tecnologias, ele se constitui por meio delas. Tal realidade exige do analista uma escuta sensível às dinâmicas transferenciais que se estabelecem para além do espaço físico da clínica.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa insere-se em uma abordagem teórico-clínica qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e na análise interpretativa de vinhetas clínicas que ilustram as manifestações da transferência em contextos mediados pela tecnologia. Trata-se de um estudo exploratório voltado à formulação de novos referenciais conceituais que ampliem a compreensão do fenômeno transferencial.

O presente capítulo organiza-se da seguinte forma: a fundamentação teórica revisita os fundamentos da transferência psicanalítica em Freud, Lacan e autores pós-freudianos, situando sua evolução até as transformações

contemporâneas da subjetividade digital; a metodologia descreve o percurso de pesquisa e os critérios de análise; a seção de resultados e discussão apresenta a formulação da Teoria da Transferência Estendida, suas manifestações clínicas e implicações ético-técnicas; e, por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões e apontam perspectivas para futuras investigações.

A hipótese central que orienta este trabalho é a de que o campo digital constitui um novo espaço simbólico de transferência, exigindo da psicanálise a reformulação de alguns de seus conceitos fundamentais para manter sua potência interpretativa e clínica. O inconsciente, longe de ser eclipsado pela era digital, reinscreve-se nas redes como discurso do Outro algorítmico, convocando o analista a sustentar, com rigor teórico e ético, a opacidade e a singularidade do desejo no sujeito hiperconectado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo busca articular a tradição psicanalítica clássica às transformações contemporâneas da subjetividade. Parte-se do pressuposto de que, para compreender o modo como a transferência se manifesta na era digital, é necessário revisitar suas formulações originais em Freud e Lacan, bem como as contribuições dos autores pós-freudianos que ampliaram o campo da clínica e da teoria. Essa revisão não se limita a um resgate histórico, mas visa evidenciar a plasticidade e a atualidade do conceito de transferência, mostrando como ele se desloca, sem se perder, diante das mutações culturais e tecnológicas do presente.

Ao retomar os fundamentos da teoria, pretende-se construir um percurso que conduza da concepção clássica da transferência, centrada na relação presencial entre analista e analisando, à sua expansão para os novos modos de vínculo mediados pelo digital. Nesse movimento, a psicanálise revela sua capacidade de continuar escutando o sujeito em transformação, preservando o rigor conceitual e a ética do desejo que a constituem desde suas origens.

Fundamentos clássicos da transferência

O conceito de transferência constitui um dos pilares fundamentais da teoria e da prática psicanalítica. Desde Freud, a transferência é compreendida como o processo pelo qual o sujeito atualiza, no encontro com o analista, afetos, fantasias e padrões de relação originados nas suas experiências infantis de amor, perda e desejo. Em *Observações sobre o amor transferencial* (1912), Freud descreve a transferência como a reedição de protótipos afetivos do passado, deslocados para a figura do analista. Tal repetição, longe de ser mero obstáculo, é o próprio material da análise: nela, o inconsciente se torna vivo e interpretável.

Freud reconheceu o caráter paradoxal da transferência, simultaneamente resistência e via de cura. Ao repetir seus laços inconscientes, o sujeito revela as determinações ocultas de seu desejo, podendo transformar a compulsão em elaboração. Assim, a tarefa do analista não é eliminar a transferência, mas manejá-la eticamente, permitindo que o sujeito reconheça e simbolize suas projeções.

Com o avanço da psicanálise, o conceito foi ampliado. Lacan, em seu *Seminário 8 – A Transferência* (1960-1961), reinterpretou o fenômeno sob a ótica da estrutura do discurso. A transferência, para ele, não é simples reprodução de afetos, mas uma posição do sujeito em relação ao *sujeito-suposto-saber*. O analista ocupa o lugar daquele em quem o sujeito supõe haver um saber sobre seu desejo. Essa relação de amor e saber revela o movimento do inconsciente e orienta o manejo clínico: o analista deve sustentar o lugar do não saber, evitando responder à demanda amorosa e preservando o enigma que mobiliza o desejo.

Para Lacan, o campo do Outro é o lugar da linguagem e do desejo, onde o sujeito se constitui pela falta. O advento do digital introduz uma nova modalidade de Outro, o que Lacan chamaria de um “sujeito suposto saber sem corpo”, uma forma desincarnada do saber e do olhar. Essa mutação altera o registro simbólico e produz efeitos clínicos inéditos, pois o sujeito contemporâneo se confronta com um Outro que responde antes mesmo que ele pergunte, encurtando o intervalo da falta que funda o desejo.

Autores pós-freudianos, como Heimann (1950) e Bion (1962), contribuíram para a ampliação do campo transferencial. Heimann introduziu a contratransferência como instrumento de compreensão clínica, mostrando que as reações emocionais do analista são parte do campo inconsciente compartilhado. Já Bion,

ao propor a função continente, compreendeu a transferência como um processo de transformação simbólica: o analista metaboliza as experiências brutas do paciente (elementos beta), convertendo-as em pensamentos elaboráveis (elementos alfa).

Por sua vez, Winnicott (1971) introduziu o conceito de *espaço transicional*, zona intermediária entre o interno e o externo, na qual o sujeito cria e simboliza o mundo. Essa noção inspira uma leitura da transferência como campo de sustentação e criatividade, em que o analista oferece um ambiente suficientemente bom para que o paciente possa reintegrar aspectos fragmentados de sua experiência emocional.

Dessa forma, a transferência é compreendida como fenômeno relacional, simbólico e histórico, que se atualiza de modo singular em cada época. Se, no início do século XX, ela se dava no espaço delimitado entre duas presenças físicas, hoje ela se estende às novas modalidades de relação mediadas pelo digital.

O sujeito e a subjetividade na era digital

A constituição do sujeito sempre esteve ligada ao contexto simbólico de sua época. A modernidade líquida, descrita por Zygmunt Bauman (2001), caracteriza-se pela fluidez dos vínculos e pela instabilidade identitária. Nas redes sociais, os laços humanos tornam-se voláteis, e a intimidade é mediada por dispositivos que oferecem uma sensação ilusória de proximidade. O sujeito contemporâneo vive simultaneamente hiperexposto e solitário, buscando incessantemente validação.

Para Byung-Chul Han (2015, 2021), a sociedade atual é marcada pelo “regime da positividade” e pela *sociedade da transparência*. O imperativo da autoexposição substitui a repressão: cada indivíduo se torna empresário de si mesmo, explorando-se em nome da visibilidade. Essa lógica gera novas formas de sofrimento, como o cansaço psíquico e o vazio subjetivo. O sujeito digital vive sob um olhar constante, não mais o olhar do outro singular, mas o de uma multidão algorítmica.

Na perspectiva psicanalítica, o olhar do Outro descrito por Lacan assume, nesse contexto, novas configurações. O sujeito contemporâneo é observado, avaliado e reconhecido por sistemas automatizados de visibilidade. Curtidas,

seguidores e métricas de engajamento funcionam como instrumentos de espelhamento simbólico. O desejo passa a ser o de *ser visto* pelo Outro digital, em vez de desejar o desejo do Outro. Essa mudança altera profundamente a economia libidinal e a relação do sujeito com a falta.

Sherry Turkle (2017) descreve essa condição como o paradoxo do *alone together*, quanto mais conectados estamos, mais empobrecidas se tornam as relações emocionais. A comunicação digital favorece a superficialidade e a fragmentação, reduzindo a tolerância ao silêncio e ao tempo da espera, dimensões fundamentais da experiência analítica. O sujeito hiperconectado tende a buscar respostas imediatas e completude simbólica, resistindo à ausência e ao vazio constitutivos do desejo.

As diferenças entre o sujeito moderno e o sujeito digital podem ser sintetizadas a partir de algumas dimensões fundamentais que evidenciam o deslocamento das formas de laço social e de constituição da subjetividade.

Quadro 1 – Comparativo entre o sujeito moderno e o sujeito digital

Dimensão	Sujeito Moderno	Sujeito Digital
Relação com o Outro	Singular e interpessoal	Coletiva e algorítmica
Tempo psíquico	Regido pela espera e elaboração	Regido pela instantaneidade
Identidade	Relativamente estável	Fragmentada e performática
Fonte de reconhecimento	Outro simbólico	Olhar das redes / validação virtual

Fonte: Elaboração própria (2026).

O quadro 1 evidencia que o sujeito da era digital vive sob uma lógica distinta de temporalidade, reconhecimento e relação com o Outro. A fluidez e a instantaneidade substituem a estabilidade e a espera, enquanto o olhar das redes assume o papel de espelho simbólico. Essa mudança configura um novo regime de subjetivação, que prepara o terreno para a compreensão da transferência estendida.

Além disso, o fenômeno identificado por Shoshana Zuboff (2019) como *capitalismo de vigilância* introduz uma nova forma de controle subjetivo: os

dados pessoais transformam-se em mercadoria, e o comportamento humano passa a ser previsto e moldado por algoritmos. A subjetividade digital é, assim, permanentemente capturada e reproduzida, resultando em uma espécie de “inconsciente monitorado”. O sujeito torna-se transparente à máquina, perdendo o espaço do segredo e da opacidade que sustenta o desejo.

Fábio Hermann (2022) propõe o conceito de *subjetividade digital* para descrever o sujeito que se fragmenta em múltiplos avatares e interfaces. Essa multiplicidade, embora aparente liberdade, produz angústia e descontinuidade identitária. O “eu” torna-se um mosaico de imagens, simultaneamente espectador e personagem de si mesmo. O gozo digital manifesta-se na compulsão pela visibilidade e na repetição dos gestos de conexão, o clique, o toque, a atualização constante, expressando uma economia pulsional marcada pela saturação e pela exaustão.

Essas transformações indicam que o campo simbólico da contemporaneidade é atravessado por novas formas de presença e de alteridade. Nessa perspectiva, o sujeito hiperconectado continua estruturado pelo inconsciente, mas sua fala e seus sintomas se manifestam agora também por meio das redes, códigos e interfaces.

Nessa perspectiva, o digital pode ser compreendido como um novo campo de inscrição do inconsciente. As interações mediadas pela tecnologia não eliminam a divisão subjetiva, ao contrário, a tornam mais visível. O sujeito hiperconectado vive entre o excesso de presença e a falta de sentido, oscilando entre o gozo da exposição e o vazio da ausência. Esse movimento revela que, mesmo em meio à transparência algorítmica, a falta simbólica continua a operar como eixo do desejo.

Assim, a ampliação do conceito de transferência ao campo digital, a chamada Transferência Estendida, constitui o eixo teórico que orienta a presente pesquisa.

Além das transformações subjetivas, destacam-se também os desafios éticos e técnicos para a prática clínica contemporânea. A presença digital dos sujeitos impõe novos paradigmas para a formação de analistas, que precisam integrar conhecimento sobre as dinâmicas transferenciais mediadas pela tecnologia e desenvolver habilidades para manejar a escuta à distância sem perder o rigor ético da anonimidade e da singularidade do desejo. Assim, o ensino e a

supervisão em psicanálise devem ser repensados para contemplar tais especificidades, garantindo a continuidade da potência interpretativa mesmo diante da ubiquidade algorítmica (Ribeiro, 2020).

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo teórico-clínico de natureza qualitativa, voltado à reflexão conceitual e à análise interpretativa de fenômenos subjetivos emergentes na era digital, sob a ótica da psicanálise. Sua orientação metodológica fundamenta-se no pressuposto de que os modos de subjetivação e as manifestações transferenciais do sujeito contemporâneo devem ser compreendidos a partir de uma abordagem hermenêutica e interpretativa, capaz de articular teoria e experiência clínica.

Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, sustentada pela análise crítica de obras clássicas e contemporâneas da psicanálise e das ciências humanas. Foram consultados textos fundamentais de Freud, Lacan, Winnicott, Bion e Heimann, bem como autores contemporâneos que investigam as transformações culturais e subjetivas do mundo digital, como Bauman (2001), Han (2015, 2021), Turkle (2017), Zuboff (2019) e Hermann (2022).

A pesquisa também se apoia em capítulos e ensaios recentes sobre clínica on-line e fenômenos transferenciais mediados por tecnologia (Eizirik, 2023; Mariano, 2023; Falchi, 2024). Essa combinação de fontes teóricas e empíricas busca sustentar a elaboração conceitual da Teoria da Transferência Estendida, articulando fundamentos psicanalíticos clássicos às novas configurações da subjetividade digital.

Abordagem teórico-clínica

A metodologia adota a abordagem teórico-clínica, que privilegia o diálogo entre a teoria psicanalítica e a escuta dos fenômenos emergentes na prática clínica. A reflexão parte de observações de casos e vinhetas que ilustram os

efeitos da vida digital sobre o desejo, a repetição e o vínculo analítico. Tais vinhetas não constituem estudos de caso formais, mas recortes simbólicos utilizados como instrumentos de interpretação e problematização conceitual.

O método psicanalítico, por sua própria natureza, não busca a mensuração de variáveis nem a generalização de resultados, mas a compreensão da singularidade e dos processos de significação que atravessam o sujeito. Por isso, a análise dos fenômenos digitais é conduzida segundo a lógica da interpretação clínica e discursiva, que valoriza o contexto, a linguagem e os movimentos inconscientes manifestos nas relações mediadas por tecnologia.

Procedimentos de análise

O percurso metodológico envolveu três etapas complementares:

Revisão teórica: levantamento, leitura e análise de textos psicanalíticos clássicos e contemporâneos sobre transferência, inconsciente e subjetividade.

Contextualização sociocultural: exame das teorias atuais sobre sociedade digital, vigilância algorítmica, hiperconexão e identidade fragmentada, com base em autores da filosofia, da comunicação e da sociologia.

Integração conceitual e interpretação clínica: articulação entre os referenciais teóricos e as observações de fenômenos transferenciais emergentes na clínica contemporânea, culminando na formulação da *Teoria da Transferência Estendida*.

O processo interpretativo seguiu o princípio da atenção flutuante e do não saber, fundamentos éticos e metodológicos da escuta psicanalítica, preservando o caráter singular e imprevisível dos fenômenos analisados.

Limitações e escopo do estudo

Por se tratar de uma investigação teórica, o estudo não pretende oferecer conclusões empíricas generalizáveis, mas propor um marco conceitual ampliado para compreender as manifestações transferenciais mediadas pela tecnologia. A limitação principal reside na ausência de estudo clínico sistemático com amostragem formal, o que poderá ser desenvolvido em pesquisas futuras.

Ainda assim, o delineamento adotado permite observar e interpretar transformações significativas na economia psíquica do sujeito hiperconectado, oferecendo subsídios teóricos para o trabalho do analista frente às novas configurações do desejo e do inconsciente na era digital.

É importante salientar que este estudo apresenta limitações relacionadas à sua natureza teórica e qualitativa. A ausência de amostragem clínica sistematizada e o uso de vinhetas clínicas como recortes interpretativos, e não como estudos de caso formais, restringem a possibilidade de generalização dos resultados. Ressalta-se a necessidade de pesquisas empíricas futuras que possam explorar esses fenômenos sob um enfoque quantitativo ou misto, ampliando a compreensão da transferência estendida no contexto clínico digital, bem como o impacto dessas configurações na formação e supervisão de psicanalistas (Mariano, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo teórico-clínico apontam para a necessidade de ampliação do conceito psicanalítico de transferência diante das novas formas de subjetivação mediadas pela tecnologia. A análise das teorias clássicas e contemporâneas evidencia que o fenômeno transferencial, longe de se restringir ao espaço físico da clínica, hoje se estende aos ambientes digitais, exigindo uma escuta capaz de abarcar as novas modalidades de laço simbólico.

A Teoria da Transferência Estendida

A Teoria da Transferência Estendida propõe que o campo digital atua como um novo espaço transferencial, no qual o inconsciente se manifesta por meio das interações com dispositivos, redes e algoritmos. O sujeito contemporâneo, inserido em uma cultura de visibilidade e performance, projeta afetos e repetições inconscientes sobre objetos virtuais, perfis e sistemas inteligentes que passam a ocupar lugares psíquicos de idealização, controle e desejo.

Essa ampliação conceitual não se restringe a uma adaptação contextual da clínica, mas representa uma verdadeira reconfiguração do campo do inconsciente. O digital não é apenas o novo cenário do discurso, mas um

operador simbólico que reorganiza as posições de sujeito e de objeto. Assim, a Transferência Estendida propõe uma leitura estrutural do digital como extensão do espaço analítico, um desdobramento do campo freudiano sob novas formas de presença.

Essa reformulação mantém o núcleo conceitual da transferência freudiana, a repetição inconsciente de vínculos afetivos, mas reconhece que o Outro da contemporaneidade é também o Outro digital, constituído por lógicas de observação, recomendação e vigilância algorítmica. O analista, ao escutar o discurso do paciente, precisa reconhecer que o inconsciente fala também por meio das telas e dos códigos.

O inconsciente algorítmico e o sujeito hiperconectado

A hipótese do inconsciente algorítmico amplia o entendimento da transferência estendida. Os algoritmos, ao processarem dados e preverem comportamentos, assumem simbolicamente a posição de *sujeito-suposto-saber*, regulando o modo como o sujeito deseja e se representa. Essa antecipação tecnológica do desejo tende a neutralizar a falta, condição essencial da subjetividade, criando um circuito de satisfação imediata e previsibilidade emocional.

Autores como Han (2021) e Zuboff (2019) demonstram que essa lógica de transparência e vigilância gera novas formas de alienação. O sujeito, monitorado e avaliado continuamente, vive sob o olhar de um Outro impessoal e totalizante. Nesse contexto, o trabalho analítico torna-se um espaço de resistência simbólica, ao sustentar a opacidade e o não saber frente à cultura da previsão e do controle.

Fenômenos clínicos emergentes

A observação clínica confirma a presença de fenômenos transferenciais mediados pelo digital. Casos de ansiedade diante da perda de seguidores, ciúme em interações virtuais e sensação de vazio quando desconectado são manifestações de uma economia libidinal estruturada pelo olhar do Outro digital.

Nessas experiências, as redes sociais funcionam como espelhos imaginários, e a ausência de resposta ou de reconhecimento pode ser vivida como forma de rejeição ou castração simbólica. O digital torna-se, assim, espaço de

repetição das cenas primárias de amor, desamparo e exclusão. A função do analista é acolher essas experiências como material transferencial legítimo, interpretando os afetos projetados sobre os objetos virtuais.

Implicações éticas e técnicas

A clínica contemporânea exige do analista um reposicionamento ético frente à lógica da instantaneidade. O tempo do inconsciente, marcado pela pausa, pelo silêncio e pela repetição, entra em tensão com o tempo acelerado das redes. O analista deve resistir à demanda por respostas imediatas e preservar o espaço do enigma, restituindo ao sujeito a possibilidade de se confrontar com sua própria falta.

Lacan (1997), ao definir que *“a ética da psicanálise é a ética do desejo”* (Seminário 7), indica que o compromisso do analista não é com a adaptação ou o bem-estar do paciente, mas com a verdade singular de seu desejo. Em tempos de algoritmos que prometem completude e previsibilidade, a posição ética do analista torna-se ainda mais radical: sustentar o não saber e o limite como fundamentos do sujeito.

A ética da escuta, nesse contexto, adquire papel político: ao escutar o sujeito hiperconectado, o analista resiste à colonização algorítmica do desejo e preserva o inconsciente como espaço de liberdade simbólica. O manejo da Transferência Estendida implica reconhecer o digital como campo de linguagem, sem reduzir a análise a um fenômeno técnico ou comportamental. Trata-se de sustentar a singularidade do sujeito em meio à automatização de sua experiência.

Em um mundo orientado pela lógica do cálculo e da previsibilidade, a psicanálise preserva o espaço da singularidade e do indizível. Sustentar a transferência, mesmo diante de algoritmos que antecipam o desejo, é um gesto ético e político: o de afirmar a existência de um sujeito que escapa ao controle da técnica e à homogeneização dos dados.

Princípios da Teoria da Transferência Estendida

A Teoria da Transferência Estendida se estrutura em cinco princípios conceituais que definem seu campo e seu alcance clínico:

Deslocamento do espaço transferencial – a transferência não se restringe ao encontro presencial, podendo manifestar-se em ambientes digitais que funcionam como extensões simbólicas do campo analítico.

Função simbólica dos objetos digitais – perfis, avatares e algoritmos podem ocupar lugares psíquicos de idealização, de rivalidade ou de sujeito-suposto-saber.

Inconsciente algorítmico – o sujeito deposita nos sistemas tecnológicos a suposição de saber sobre si mesmo, reatualizando a estrutura do Outro lacaniano sob forma automatizada.

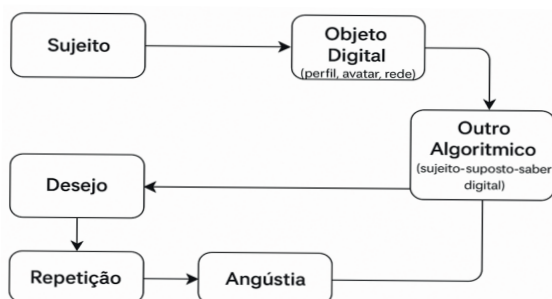
Temporalidade expandida – a transferência digital se manifesta em tempos e ritmos distintos do setting tradicional, exigindo manejo ético do silêncio, da ausência e da resposta.

Resistência e ética do desejo – a escuta analítica deve preservar o campo do desejo e da falta, contrapondo-se à lógica da completude e da transparência digital.

Esses princípios permitem compreender que o digital não substitui o espaço analítico, mas o amplia, oferecendo novos modos de manifestação do inconsciente. O analista, ao reconhecer tais movimentos, pode trabalhar as repetições e deslocamentos transferenciais que emergem nas experiências virtuais do paciente.

A seguir, apresenta-se a dinâmica (Figura 1) que sintetiza graficamente a dinâmica simbólica da Transferência Estendida, mostrando o percurso do investimento libidinal no contexto digital.

Figura 1 – Dinâmica da Transferência Estendida



Fonte: Elaboração própria (2026).

A figura 1 ilustra a circulação do desejo no espaço digital, onde o sujeito investe afetos e significações nos objetos virtuais, que por sua vez remetem a um Outro algorítmico investido de saber. Essa dinâmica reproduz, sob nova forma, o circuito transferencial clássico descrito por Freud e Lacan, confirmando a presença viva do inconsciente nas redes.

Vinheta clínica: o espelho digital

Em contexto clínico, emerge, no discurso de uma jovem adulta, uma queixa recorrente de angústia associada à perda de seguidores em uma rede social. A paciente relatava vivências de “rejeição” e “invisibilidade” sempre que suas postagens recebiam menos curtidas do que o esperado. Tal fenômeno, inicialmente nomeado como ansiedade social, foi se configurando, no decorrer das sessões, como uma repetição de experiências de desamparo infantil, vinculadas à sensação de não ser vista ou reconhecida pela figura materna.

O espaço analítico possibilitou a passagem do Outro digital para o Outro simbólico, favorecendo a elaboração, pela paciente, de que o olhar das redes sociais reproduzia o olhar materno idealizado. A análise da transferência estendida mostrou-se fundamental para a interpretação do investimento libidinal direcionado às plataformas digitais, permitindo resgatar a dimensão simbólica do reconhecimento.

Essa vinheta clínica ilustra como o digital pode operar como um espelho transferencial, no qual o sujeito busca, sob a forma de curtidas, a confirmação de seu valor e de sua existência. O trabalho analítico, ao tornar legível esse funcionamento, restitui o sujeito ao campo da palavra e do desejo, deslocando-o da lógica imaginária da validação contínua.

Para aprofundar a compreensão clínica do fenômeno da transferência estendida, destaca-se que o manejo dessas dinâmicas exige do analista uma escuta que reconheça as manifestações do desejo no campo digital como legítimas e singulares. Nesse sentido, o trabalho analítico orientou-se para o acolhimento da angústia e da vivência de rejeição associadas à perda de seguidores, compreendendo-as como repetições de experiências pré-verbais de desamparo. A interpretação favoreceu o deslocamento do investimento libidinal do avatar para o campo simbólico do setting psicanalítico, possibilitando

a ressignificação do desejo e evidenciando o campo digital como extensão legítima do espaço analítico (Ferreira de Oliveira & Pena, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria da Transferência Estendida, formulada a partir deste estudo, representa um esforço de atualização da psicanálise diante das transformações culturais da era digital. Ao reconhecer o digital como espaço simbólico de investimento libidinal, reafirma-se que o inconsciente continua ativo e operante, ainda que expresso por novos meios e linguagens.

Os resultados apontam que o sujeito hiperconectado mantém os mesmos mecanismos fundamentais descritos por Freud, repetição, projeção, desejo e resistência, porém deslocados para novos objetos de vínculo: as redes sociais, os algoritmos e as inteligências artificiais. O inconsciente não desaparece sob o domínio da técnica; ao contrário, reinscreve-se nas interfaces digitais como discurso do Outro algorítmico.

Essa constatação reafirma a atualidade da psicanálise como teoria do sujeito e da cultura, capaz de interpretar as mutações simbólicas da civilização digital sem renunciar ao rigor do inconsciente.

Para a prática clínica, esse reconhecimento implica a necessidade de uma escuta expandida, capaz de integrar as experiências virtuais do sujeito ao campo transferencial. O analista deve manter-se fiel à ética do desejo, recusando-se a ocupar o lugar do saber total que caracteriza o funcionamento das máquinas. Sua função é sustentar a opacidade, o silêncio e o tempo da fala, preservando a singularidade do sujeito frente à lógica da previsibilidade.

Conclui-se que compreender e manejar as manifestações da transferência estendida é condição indispensável para que a psicanálise preserve sua potência interpretativa e transformadora na contemporaneidade. O digital não anula o inconsciente; apenas desloca sua cena. Cabe à psicanálise continuar a escutá-lo, onde quer que ele fale, inclusive através das telas.

Como perspectiva futura, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas clínicas empíricas sobre a experiência analítica mediada por tecnologias, bem como estudos comparativos sobre o impacto do ambiente digital na constituição da subjetividade e do laço social. Tais investigações poderão consolidar a

Transferência Estendida como campo legítimo de reflexão e prática psicanalítica contemporânea.

Reconhece-se que, apesar da contribuição teórica e clínica oferecida, este trabalho encontra limitações que indicam possíveis caminhos para aprofundamentos futuros. Sugere-se a realização de estudos clínicos empíricos com amostras estruturadas, bem como pesquisas comparativas que analisem de forma sistemática o impacto das tecnologias digitais na constituição subjetiva e nas modalidades de laço social. Ademais, acredita-se ser fundamental o desenvolvimento de propostas formativas para psicanalistas que incorporem essas novas dimensões, ampliando a ética e a técnica da transferência estendida.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BION, Wilfred R. **Aprender com a experiência**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- EIZIRIK, Cláudio Laks. Psicanálise contemporânea e digital. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 57, n. 1, 2023.
- FALCHI, Priscila. Explorando a construção da transferência entre paciente e psicanalista no ambiente virtual. 2024. Disponível em: priscilafalchi.com.br. Acesso em: 12 out. 2025.
- FERENCZI, Sándor. **Psicologia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FERREIRA DE OLIVEIRA, Gessé Duque; PENA, Breno Ferreira. Transferência e presença on-line do analista. **Polêmica**, Rio de Janeiro, 2022.
- FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 18.
- — —. O mal-estar na civilização (1930). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 21.
- — —. Observações sobre o amor transferencial (1912). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12.
- HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- — —. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HEIMANN, Paula. On counter-transference. **International Journal of Psycho-Analysis**, London, v. 31, p. 81–84, 1950.

HERMANN, Fábio. **Subjetividade digital: psicanálise na era da hiperconexão**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2022.

KLEIN, Melanie. **Escritos de psicanálise: 1921–1945**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 8: a transferência (1960–1961)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

— — —. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

MARIANO, Aline L. O manejo da transferência nos atendimentos on-line. 2023.

MOROZOV, Evgeny. **A ilusão da internet: o lado obscuro da liberdade na rede**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, M. M. C. Análise on-line!: considerações sobre a transferência. **Revista da Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, 2020.

TURKLE, Sherry. **Resgatando a conversa: o poder da fala na era digital**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

WINNICOTT, Donald W. **Os processos de maturação e o ambiente facilitador: estudos em teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. São Paulo: Intrínseca, 2019.

ENTRE A DROGA E O FÁRMACO: OS DESTINOS DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA CULTURA CONTEMPORÂNEA

Sophia da Silveira Ferreira

Universidade Federal de Uberlândia(UFU)

Anamaria Silva Neves

Universidade Federal de Uberlândia(UFU)

João Luiz Leitão Paravidini

Universidade Federal de Uberlândia(UFU)

RESUMO

O consumo de substâncias psicoativas é algo presente nas culturas, com registros desde a pré-história e em diversas localidades, onde cumpriam funções medicinais, ritualísticas e de integração social. Atualmente, a relação dos humanos com os fármacos cumpre funções outras, qualitativamente distintas dos modos de uso tradicionais. As mercadorias farmacêuticas sintéticas, os psicofármacos, aparecem descolados do cenário de outras drogas atualmente ilegais, mas a banalização do seu uso permite resgatar tais conexões, pois reaproxima os medicamentos psicotrópicos à sua condição de droga. Ao investigar as condições históricas, econômicas e discursivas que permitiram essa separação, torna-se possível compreender o atual cenário das adições e como o consumo de drogas é característico das culturas no capitalismo contemporâneo e seus mecanismos de dominação e administração da vida. Com contribuições antropológicas, psicanalíticas e filosóficas, a perspectiva transdisciplinar abre espaço para uma análise crítica dessa assimetria, que lucra exponencialmente com o uso generalizado e consolida uma sociedade farmacologicamente administrada.

Palavras-chave: Drogas; Indústria Farmacêutica; Psicofármacos; Racionalidade Tecnológica

INTRODUÇÃO

Existem certas práticas humanas que atravessam diversas culturas e tempos históricos, desde os registros mais antigos até os dias atuais. A antropologia as define como aspectos que são universais, pois ocorrem na maioria dos agrupamentos humanos, apesar de assumirem formas variadas (Marconi; Presotto, 2001). Algumas práticas são, para a história, de particular interesse, pois são realizadas por humanos desde as civilizações mais antigas e, de algum modo, mesmo que tendo sofrido processos que visavam sua proibição ou, pelo menos, seu esquecimento, ainda persistem. Dentre elas, o uso de plantas com propriedades psicoativas se faz presente como uma constante nas culturas; é comum que as substâncias contidas nessas plantas, responsáveis por tais efeitos, sejam denominadas de “drogas” (Araújo; Moreira, 2005; Torcato, 2016).

A prática do uso de drogas é milenar e está presente em diversos territórios e épocas. O consumo regular de substâncias esteve presente desde sociedades tradicionais até as mais complexas, do Oriente ao Ocidente e elas serviam propósitos diversos, sendo que uma mesma substância poderia, portanto, atender a várias finalidades concomitantemente (Birman, 2016). Seu consumo está atrelado à atenuação do sofrimento, ao auxílio perante as adversidades do ambiente e à sensação de prazer e alívio da dor, pois “a ação das substâncias entorpecentes na luta pela felicidade e no afastamento da miséria é a tal ponto apreciada como um bem-estar que indivíduos, assim como povos, reservaram-lhe uma posição sólida em sua economia libidinal” (Freud, (1930/2020), p. 248).

Porém, uma planta psicoativa só adquire o estatuto de droga a partir do interesse humano em consumi-la, o que lhe atribui sentidos e funções variados. Assim, a palavra droga comporta significados culturais e subjetivos que ultrapassam a descrição material. São compostos químicos provenientes de plantas que só adquirem tal denominação ao interagirem com um organismo vivo e produzirem efeitos mentais e corpóreos (Carneiro, 2019; Cooper, 2021; Torcato, 2016). Como destaca Carneiro (2019): “os efeitos das drogas são resultados do hábito milenar da humanidade de consumi-las desde a Pré-História. O saber empírico dos efeitos das plantas é um dos grandes repertórios culturais de praticamente todos os povos” (Carneiro, 2019, p. 28).

Muito antes do domínio técnico atual, plantas como a coca e as nicotianas eram usadas para suportar a fome, o cansaço e integravam-se a rituais e cerimônias. Outras substâncias também acompanham a história, como a *cannabis*, que desde a Antiguidade servia a propósitos medicinais e lúdicos na Grécia, como também na Índia, onde seu consumo é ainda mais anterior. Já o ópio, extraído da papoula, carrega relevância histórica por ser utilizado para finalidades médicas e profanas desde os egípcios (Araújo; Moreira, 2005). Com as grandes navegações e o desenvolvimento do mercantilismo, o ópio e outras especiarias, como o café e o açúcar, tornaram-se *commodities* globais e essenciais para a formação da economia moderna, embora dificilmente fossem compreendidas como drogas à época (Carneiro, 2019).

Observa-se na cena contemporânea uma nova modalidade de uso e, com ela, novas elaborações culturais. Esse recente formato de consumo é protagonizado pelos psicofármacos, reconhecidos pela sua função de remédio para o tratamento de transtornos mentais. Seu uso para outros fins, no entanto, cresce notoriamente em escala global e gera preocupação em diversas instituições. As críticas recaem tanto sobre sua distribuição e circulação ilegal quanto sobre os efeitos danosos à saúde, o que inclui o aumento de casos de dependência química, o número expansivo de mortes por intoxicação medicamentosa (ou overdose) e os danos decorrentes do uso crônico (United Nations Office on Drugs and crime [UNODC], (2025); Brasil. Ministério da Saúde, 2019).

É possível pensar nessa problemática como um padrão cultural que se forma “quando muitas pessoas, em dada sociedade, agem da mesma forma ou modo, durante um largo período de tempo” (Marconi; Presotto, 2001, p. 55). O consumo contemporâneo de psicofármacos, em sua escala e ramificações, configura-se como tal e organiza em seu entorno práticas, discursos, relações de poder e cadeias produtivas globais. Esse padrão se manifesta, por exemplo, quando certas ações cotidianas são acompanhadas pela ingestão de pílulas, que se tornam necessárias para atividades como acordar, dormir, comer ou ter relações sexuais (Jenkins, 2011; Rose, 2003). Tal fenômeno se tornou tão amplamente difundido que Rose (2003) denomina as sociedades afetadas como “*psychopharmacological societies*”, onde a introjeção desse símbolo cultural cria

uma rede de significados arbitrários e partilhados que ultrapassa os consultórios psiquiátricos e alastra-se para as escolas, universidades, prisões, empresas, etc.

Porém, essa cultura farmacológica emergente não recebe a mesma conotação negativa atribuída ao que se convencionou chamar de subcultura das drogas. O uso e abuso de psicofármacos são socialmente mais aceitos, pois recebem legitimação pelo discurso médico e são reconhecidos pelo seu potencial benefício à saúde. Em contrapartida, o consumo de outras substâncias psicoativas, quimicamente análogas, é criminalizado e estigmatizado, sendo associado à dependência e à marginalidade (Cooper, 2021). Há, portanto, uma assimetria na vida social dessas substâncias. Como foi possível que algumas substâncias psicoativas, os psicofármacos, lograssem um *status* privilegiado de legitimidade, sendo um tratamento privilegiado e recomendado por médicos, enquanto outras substâncias permaneceram confinadas ao estigma e à ilegalidade? E, mais fundamentalmente, quais foram os processos históricos, os arranjos econômicos e os discursos de poder que construíram e sustentam essa assimetria?

Para entender tais questões, faz-se necessário adotar uma postura transdisciplinar como uma prática investigativa, uma vez que a complexidade dessa problemática exige uma abordagem que transcenda a justaposição de saberes disciplinares e atravesse as dimensões orgânicas, subjetivas, culturais, econômicas e políticas envolvidas. Assim, na tentativa de não reduzir o fenômeno a uma única lógica explicativa, busca-se capturar sua dinâmica processual e seus múltiplos níveis de realidade (Coutinho; Fonteles, 2019).

O PHÁRMAKON: ENTRE REMÉDIOS PRESCRITOS E DROGAS PROIBIDAS

O hábito de consumir substâncias psicoativas é, simultaneamente, glorificado e condenado, ora como gerador de saúde, ora como produtor de doença. Com efeito, as substâncias atualmente proibidas eram, até o século XIX, fortes candidatas ao tratamento de males diversos e as drogas reconhecidas atualmente como medicamentos, assim como as outras, também são passíveis de uso abusivo e intoxicação (Torcato, 2016). Portanto, a aparente fronteira entre psicofármaco e droga não se sustenta, afinal, independentemente da substância,

o potencial de dano ou benefício é uma propriedade variável determinada pela dosagem e pela resposta do organismo e comum a todas as substâncias. Logo, o estatuto social e moral das drogas é construído e disputado, de modo que é conferida à medicina e ao Estado a autoridade para definir quais substâncias podem ser utilizadas e quais devem ser proscritas. Os medicamentos tornam-se, então, moralmente aceitáveis e incentivados, enquanto o uso recreativo de algumas substâncias é lido como desvio moral (Carneiro, 2019; Torcato, 2016).

Esse processo de classificação fundamenta o proibicionismo, movimento político global cuja manifestação principal a “guerra às drogas”, projeto geopolítico que ganhou protagonismo nos Estados Unidos a partir dos anos 1970. No entanto, desde o início do século XX, esse sistema opera como um produtor de valor que, ao criminalizar determinadas drogas, infla seus preços pela ilegalidade e as converte em tabus sociais. Essa lógica é marcada pelo racismo estrutural e por uma abordagem punitivista que criminaliza populações periféricas e negras e associa o tráfico aos territórios marginalizados, transformando a questão em uma pauta primordialmente de segurança e encarceramento em massa (Teixeira; Martins, 2023). Em contrapartida, esse cenário fortalece o monopólio científico e industrial sobre substâncias similares às drogas ilícitas, porém patenteadas como “fármacos”, termo reservado às substâncias com finalidades medicinais (Carneiro, 2019; Torcato, 2016).

Contudo, a origem mesma da palavra fármaco, derivada do grego *phármakon*, representa a polissemia das substâncias e seus efeitos. Via de regra, o termo foi traduzido como “remédio”, como uma espécie de droga benéfica, porém assim é apresentado apenas o polo positivo. O outro polo, estranho, oculto e visto como algo que precisa ser expelido, denota a face degradante e ameaçadora das substâncias, que por fim se assemelha ao sentido introduzido na palavra “droga”. A natureza imprevisível e inesperada dos efeitos do *phármakon*, às vezes benéficos, às vezes maléficos, não permite antecipar seus resultados e, dada sua dimensão incontrollável, não é possível dominá-lo ou torná-lo obediente. Assim, conforme Derrida (2005), em *A Farmácia de Platão*:

Diferentemente de “droga” e mesmo de “medicina”, remédio torna explícita a racionalidade transparente da ciência, da técnica e da causalidade terapêutica, excluindo assim, do texto, o apelo à

virtude mágica de uma força à qual se domina mal os efeitos, de uma dinâmica sempre surpreendente para quem queria manejá-la como mestre e súdito (p. 44)

Em sua definição científica atual, fármaco engloba quaisquer substâncias químicas que, ao serem introduzidas no organismo, causam alteração fisiológica ou bioquímica, o que não mais reduz sua significação à “remédio” (Rivera; Gilman, 2023). No entanto, essa definição que alcança com maior precisão seu significado original ainda convive com práticas regulatórias proibicionistas, que continuam a manter a divisão entre as substâncias seguras e prescritas e as outras perigosas e proibidas. Tal distinção não se baseia em critérios farmacodinâmicos objetivos, pois sua justificativa reside em aspectos regulamentais a serviço de interesses políticos e econômicos que, em última análise, lucra com essa divisão (Antonelli, 2023; Carneiro, 2019; Frascareli; Ong, 2023).

De maneira geral, o consumo de drogas, em suas variadas modalidades, é hoje uma resposta ao mal-estar que, por seus efeitos, aparenta ser uma solução que independe do uso da palavra. As adições, nesse sentido, podem ser consideradas novas formas do mal-estar contemporâneo, que em sua lógica reforça a satisfação imediata das necessidades via consumo (Birman, 2016; Feldman, 2023). Segundo Sidon (2017) “o laço social que daí se deduz é afetado por um tipo de curto-circuito que caracteriza os modos de gozo contemporâneos: no laço direto com a Coisa, eles dispensam o laço com o Outro” (Sidon, 2017, p. 35).

A lógica discursiva contemporânea produz efeitos que são vividos como uma adição generalizada, em que objetos de consumo são lançados, renovados e descartados em série. Esse ritmo acelerado convoca o sujeito a desejar novos objetos e substituí-los constantemente, o que impede investimentos afetivos consistentes e desregula a economia libidinal do sujeito culminando numa perda crescente de sentido e aumento da angústia (Nery Coutinho, 2015). Nesse sentido, a adição aparece como uma tradução subjetiva da lógica social que impele ao ilimitado, como uma expressão clínica de uma dinâmica social orientada pelo excesso e impossibilidade de limites (Silva, 2015). Segundo Neves e Souza (2022):

no discurso do capitalista, o sujeito aparece em relação direta com o objeto causa de desejo que aí se confunde com os objetos

de consumo produzidos pelo saber técnico. Ou seja, o discurso do capitalista elege objetos que supostamente realizariam a satisfação irrestrita do desejo (p. 9)

Dada essa perspectiva, se no final do século XIX o sofrimento psíquico estava ligado à renúncia pulsional e à repressão sexual (Freud, 1930/2020), hoje o mal-estar se associa ao imperativo do gozo capitalista e superegóico que estimula formas de gozo como o uso compulsivo de drogas (Birman, 2016). Nessa linha, os psicofármacos, assim como outras drogas, assumem a forma de objeto mais-de-gozar, de modo que a característica de deslizamento do objeto a é substituída pela oferta de acesso à um gozo imediatamente acessível e pleno, simulando um complemento para o ser faltante (Ribeiro; Marcos, 2017).

Porém, se os psicofármacos são substâncias que se aderem ao polo gerador de saúde por sugestão da autoridade médica, seu consumo é abertamente legitimado, incentivado e reproduzido, diferente das drogas ilegais (Cunha, 2021). Por consequência, os lícitos medicinais funcionam como mercadoria ideal, pois participam da complexa e difusa dinâmica que serve para regular e produzir subjetividades. Como tecnologias de adaptação, visam aproximar o indivíduo dos ideais sociais de produtividade, estetização da existência e gestão dos afetos. Em um mundo onde a tristeza, a solidão e a improdutividade são proibidas e patologizadas, as pílulas tamponam a fragilidade psíquica e evitam o encontro com o desamparo (Soares, 2024; Birman, 2016). Esse processo transforma os indivíduos em projetos de otimização contínua, cujo valor se mede pela capacidade de render, competir e consumir (Ballantyne, 2021; Jenkins, 2011; Rose, 2003). Como enfatiza Quaglia (2015):

O toxicômano hipermoderno, ao contrário, revela que sua solução de *phármakon* está em ser produtivo, ter uma vida saudável, não manifestar oscilações de humor, não comer muito, não dormir muito, fazer exercícios, ter cartões de crédito, fazer shopping, ficar on line, ter *iphone*, *ipad*, *iwatch*, ser *yupi* e estar ligado (p. 90).

Conforme essa articulação, o psicofármaco pode remediar, mas, como *phármakon*, também pode enrijecer e fixar o usuário em um conhecimento esvaizado, limitante e, por consequência, destrutivo e repetitivo que não ascende nenhum sentido próprio ao sofrimento humano (Ribeiro; Marcos, 2017). Se esses

fármacos podem causar dependência e produzir sujeitos adictos tanto quanto podem tratar e beneficiar seus usuários, da mesma maneira como outras drogas faziam e eram credibilizadas por isso antes de sua proibição, quais foram as condições sociais, políticas e econômicas que, aliadas ao proibicionismo e a guerra às drogas, permitiram e impulsionaram o mercado dos psicofármacos, que hoje ocupam uma posição central de tecnologia de gestão da vida na contemporaneidade? O processo contínuo de apropriação e reinvenção de algumas substâncias tem direta relação com as transformações sociais e culturais que dessacralizaram os usos tradicionais das plantas psicoativas e as converteram em mercadorias globais.

A SOCIEDADE ADMINISTRADA, O CAPITALISMO FINANCEIRO E A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

A emergência da modernidade foi marcada por uma transformação que substituiu o mundo natural pelo mundo técnico. Se, em períodos anteriores, as estruturas de sentido que orientavam a compreensão da realidade tinham em sua base o pensamento mítico-religioso, ao qual atribuíam a instâncias transcendentais a função de conferir propósito à existência, a modernidade operou uma ruptura ao eleger a razão científica como a força capaz de libertar a humanidade dos mitos e das superstições (Adorno; Horkheimer, 1985; Nery Coutinho, 2015). O projeto científico moderno pregava ser possível decifrar a totalidade do mundo mediante leis naturais e princípios universais; portanto, progressivamente reduziu a realidade a estruturas físico-matemáticas calculáveis e previsíveis. Nesse sentido, “para o esclarecimento, aquilo que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão: o positivismo moderno remete-o para a literatura” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 18).

O conhecimento científico foi elevado à condição de único saber legítimo, desprovido de valores e baseado na neutralidade. O princípio que garante sua legitimidade, a eficácia, no entanto, não é isento de finalidades. A ciência moderna produz instrumentos e saberes orientados por fins que, embora pareçam exteriores, integram sua própria estrutura e método. A eficácia visa à produção de bens orientada em um meio universalmente quantificável de valor de troca integrado aos sujeitos e objetos envolvidos (Marcuse, 1960). Logo, não

há neutralidade quando os valores subjacentes visam à produtividade, como um fim em si mesma. O projeto científico moderno, de planejar e produzir instrumentos que libertariam o homem da dependência da natureza e ao trabalho, portanto, com a finalidade de reduzir a angústia e a luta pela existência, nunca foi finalizado. Segundo Marcuse (1960):

a técnica, ao se desenvolver como o faz atualmente, isto é, como instrumentalidade 'pura', abstraiu essa causa final: esta deixou de ser o fim do desenvolvimento tecnológico. Como consequência, a instrumentalidade pura, sem finalidade, tornou-se um meio universal de dominação (p. 315).

Desse modo, a razão afastada da ética tornou-se opressora e fez de seus instrumentos o método mais eficaz para manter uma produtividade repressiva. Os avanços dirigidos por essa racionalidade tecnológica são usados para controlar e manipular os indivíduos e a sua percepção da realidade (Marcuse, 1960). Essa realidade gerida e moldada por esses aparatos foi construída pela sociedade pós-industrial e só foi possível porque essa racionalidade tecnológica se pôs a serviço da produção de bens em maior velocidade e volume, afinal a "racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação" (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 101).

Essa mesma racionalidade, a partir do século XIX, propiciou várias mudanças na relação dos seres humanos com as drogas, pois alteraram os padrões de distribuição e de uso. Se, até então, as plantas que eram consumidas, como a papoula, a coca, a cannabis, não passavam por muitos processos para serem usadas, os novos instrumentos e técnicas de extração, mistura e o isolamento dos princípios ativos dessas substâncias permitiu a produção de concentrados mais potentes e eficazes. Essas novas tecnologias farmacêuticas, aliadas à emergência de novos modos de organização social e suas transformações (urbanização e mercantilização) possibilitaram a expansão do consumo e formação do mercado mundial (Carneiro, 2019; Torcato, 2016). Nesse sentido:

A história das substâncias psicoativas inclui as próprias ciências que são agentes ativos nos processos de avanços tecnológicos, na expansão econômica e nas formas de regulação políticas, legais e culturais. [...] A própria ciência e seus proponentes são atores em todo esse processo (Carneiro, 2019, p. 20)

Os fármacos industrializados foram glorificados como conquistas civilizatórias, cuja manipulação deveria restringir-se aos médicos e sua objetividade técnica, pois se pregava que as receitas e prescrições dessas fórmulas, suas dosagens e meios de ingestão eram mais precisas e eficazes, portanto, melhores. Porém, tais inovações não foram oriundas senão dos conhecimentos tradicionais e milenares das plantas medicinais (Torcato, 2016). Essa hierarquização entre o saber médico e as práticas populares foi decisiva para a criminalização dessas substâncias, quando usadas fora do controle institucional, no início do século XX, especialmente no contexto brasileiro (Torcato, 2016).

Os especialistas, como médicos, farmacêuticos e pesquisadores, por conseguinte, não são neutros, pois usam de seu conhecimento para otimizar a eficácia de suas tecnologias, sem questionar as finalidades sociais de sua criação, nem em quem irá se beneficiar delas. Seu papel se limita a sustentar uma burocracia tecnocrática que reduz o objeto a variáveis manipuláveis desprovidas de história (Marcuse, 1960). A preocupação com suas finalidades só emerge quando estas são incompatíveis com as demandas objetivas do aparato, pois a racionalidade que orienta sua atuação é a da submissão técnica, tanto sua quanto de quem as utiliza (Marcuse, 1999).

É preciso considerar, portanto, que a proibição e criminalização das drogas como a cocaína e os derivados de opiáceos no início do século XX não englobou os produtos farmacológicos fabricados e comercializados por médicos e farmacêuticos, que buscavam monopolizar as práticas terapêuticas e restringir o acesso às substâncias sob o argumento de um uso controlado e racional – discurso que ainda hoje fundamenta políticas de enfrentamento ao uso abusivo de psicofármacos (Brasil. Ministério da Saúde, 2019). Enquanto as práticas populares e as drogas eram criminalizadas, os fármacos sintetizados a partir dessas mesmas substâncias continuaram a ser produzidos, desde que prescritos e adquiridos em farmácias oficiais. Diante tal mudança de perspectiva, a consequência foi a substituição da farmacopeia tradicional, uma longa herança cultural herdada dos povos antigos, por um complexo industrial técnico-científico que fez das substâncias psicotrópicas objetos de intervenção médica e farmacológica (Birman, 2016; Torcato, 2016).

Concomitantemente, a fabricação de fármacos em escala industrial aumentou significativamente graças aos investimentos que a indústria farmacêutica recebia, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (Soares, 2024; Whitaker, 2017). A produção, concentrada em laboratórios privados com recursos públicos nos Estados Unidos e Europa, criou as condições para avanços farmacológicos, que permitiram o desenvolvimento e a comercialização em massa de medicamentos sintéticos (Soares, 2024). Como aborda Marcuse (1999), “o poder tecnológico tende à concentração do poder econômico” (p. 76), de tal modo que a tecnologia, ao criar novos processos e produtos, coloca à disposição das empresas grandes quantidades e variedades de mercadorias e assim controla a cadeia produtiva, desde a extração de matéria-prima até a comercialização dos bens produzidos.

Então, a farmacologia consolidou-se, em meados do século XX, como uma ciência dedicada ao estudo sistemático dos fármacos, desde suas origens, propriedades, mecanismos de ação no organismo e aplicações terapêuticas. A fabricação de medicamentos em sua forma sintética foi desenvolvida por meio de experimentações, que partia de extratos naturais e, por fim, isolava ou sintetizava substâncias capazes de atingir alvos moleculares específicos e produzir as respostas biológicas desejadas (Rivera; Gilman, 2023). Segundo Whitaker (2017):

Foram essas as drogas que desencadearam a revolução psicofarmacológica. No curto espaço de três anos (1954-1957), a psiquiatria ganhou novos medicamentos para acalmar os pacientes agitados e maníacos nos manicômios, para a ansiedade e para a depressão. Mas nenhuma dessas drogas foi desenvolvida depois de os cientistas identificarem algum processo patológico ou anormalidade cerebral que pudesse causar esses sintomas. Elas provieram das pesquisas pós-Segunda Guerra Mundial para encontrar pílulas mágicas contra doenças infecciosas, quando os pesquisadores, durante esse processo, tropeçaram em compostos que afetavam o sistema nervoso central de maneiras desconhecidas (p. 69)

No entanto, para alcançar esse patamar de especificidade e refinamento tecnológico, foi necessário financiamento massivo. Grandes corporações tornaram-se as principais financiadoras dessas pesquisas, que então foram ordenadas segundo os ditames lucrativos do mercado (Frascarelli; Ong, 2023;

Rivera; Gilman, 2023; Rose, 2003; Soares, 2024; Whitaker, 2017). Assim como outros mercados no capitalismo tardio, a ética e os valores que fundamentam os princípios de qualquer inovação científica e tecnológica não são tão orientados para uma verdadeira melhora na qualidade de vida humana e benefício público, mas à rentabilidade do produto para os fabricantes e, especialmente, seus patrocinadores. Logo, por necessidade, a eficácia desses medicamentos precisou, e ainda precisa, ser lucrativa (Adorno; Horkheimer, 1985; Guimarães, 2025; Gøtzsche, 2016).

Se hoje as práticas em saúde são extremamente dependentes de produtos farmacêuticos, pode-se dizer que esse cenário foi previsto, planejado e obteve resultados que indicam o sucesso publicitário e mercadológico dessa indústria. Entre os anos 1990 e 2000, o mercado farmacêutico dos Estados Unidos atingiu 107 bilhões de dólares em vendas (Rose, 2003) e os lucros desse setor em 2011 cresceu 19% desde 1954 (Gøtzsche, 2016). Em escala mundial, o mercado de medicamentos, liderados por empresas norte-americanas e europeias, acumulou 1,56 trilhões de dólares, de modo que a *Big Pharma*, que se refere às grandes corporações dominantes e influentes desse setor, é o resultado do deslocamento operado na indústria farmacêutica pelo processo de financeirização das relações econômicas mundiais. Ela opera muito mais como um fundo privado de investimentos e atua em função do retorno financeiro para os seus acionistas do que no desenvolvimento e produção de produtos úteis que visam uma melhoria nos tratamentos em saúde. Portanto, o impacto sanitário e social dos produtos lançados é pouco relevante para o objetivo maior desse complexo industrial, que é o lucro (Guimarães, 2025).

Essa lógica financeira domina e regula não somente o mercado de fármacos, mas todos os outros mercados, as relações de trabalho e as relações pessoais de tal modo que a vida cotidiana é administrada tal como se administra as bolsas de valores, as indústrias, os serviços, etc. Configura-se assim o que se pode chamar de uma sociedade administrada (Adorno; Horkheimer, 1985). Sob o comando de monopólios empresariais e sustentada pela ideologia da racionalidade tecnológica, ela se perpetua dada as condições de alto desenvolvimento tecnológico, mas também pela cultura do consumo e pela autoridade do mercado, que juntos permitiram a formação de uma nova economia psíquica semelhante

e adaptada à lógica do capitalismo e suas exigências (Safatle, 2020). Afinal, “o processo da civilização é um duplo processo dialético, que intervém tanto no domínio da economia política, quanto nos domínios biológicos e mentais, cada um sustentando e fortalecendo o outro” (Marcuse, 1960, p. 318).

Para atingir esses números, o trabalho do *marketing* e da propaganda é imprescindível e, no que diz respeito às empresas farmacêuticas, as estratégias mercadológicas recebem inúmeras críticas e são responsáveis por ações judiciais que geram multas bilionárias (Rose, 2003). O objetivo é controlar a informação dirigida ao público, distorcer os resultados obtidos para impulsionar vendas, influenciar e recrutar médicos para promover medicamentos com base na persuasão que estes são capazes de realizar baseado na sua posição social e de discurso, promoção de eventos ditos científicos com direito a prêmios e shows para apresentar informações “imparciais” e atualizadas sobre tratamentos e medicamentos disponíveis e suas indicações (Guimarães, 2025; Gøtzsche, 2016; Rose, 2003; Whitaker, 2017). Quando a intenção é aumentar o número de usuários de psicofármacos, o processo é induzir o consumo de drogas:

Dizer que tal droga, por exemplo, traz um raro prazer parece ter o poder de induzir seu consumo. Pode-se arrolar uma série de enunciados dessa ordem cuja função é induzir uma demanda. O próprio nome próprio de uma droga já induz uma demanda. Creio que se consome drogas como se consome todos as demais bugangas produzidas pela tecnologia (Gerbase, 2004, p. 197)

As propagandas e suas estratégias, nesse contexto, são operadores que realizam os objetivos maiores dos meios de comunicação e entretenimento, por estarem também inseridas nesse sistema. O que é propagado nas mídias e redes sociais opera também sob essa lógica financeira com mecanismos específicos de controle social para padronização do comportamento, eliminação da crítica e controle dos desejos orientados para o consumo. A publicidade atua como uma instância cultural simbólica de imposição de normas e modos de filiação e, portanto, formas de organização subjetiva (Severiano, 2010). Dessal (2015), ao analisar as estratégias publicitárias e suas evoluções, argumenta que o capitalismo contemporâneo adota um novo método de sedução publicitária

que faz um uso mais refinado dos mecanismos subjetivos envolvidos, sendo o desejo e o gozo duas importantes variáveis.

A publicidade tenta convencer o público por meio da criação de narrativas com forte impacto emocional em que o objeto, seja qual for, se insere como uma pequena, mas essencial parte do relato. Ao contrário de estratégias anteriores, em que o objeto era a parte central da propaganda, que focava em descrever suas qualidades, ou a marca do produto era mostrada ostensivamente, como uma imagem que remetia ao objeto, essas novas estratégias não pretendem revelar o objeto, mas apenas mostrar o lugar vago onde esse objeto poderia se alocar (Dessal, 2015). A realidade reproduzida por esses aparatos não só controla o que é consumido, mas como o mundo é percebido e interpretado e portanto, ao capturar a lógica do desejo pela lógica do mercado, intervêm no modo de pensar individual, vende falsas necessidades e reproduz modelos identificatórios que reforça padrões e estereótipos (Rouanet, 2010; Severiano, 2010).

As pílulas, no cenário atual, são vistas como as soluções para várias questões relacionadas à saúde mental, mas também para qualquer desafio cotidiano, como tecnologias de otimização para aqueles que se percebem como frágeis ou insuficientes. As vendas, no entanto, não se apoiam mais nas estratégias direcionadas ao público consumidor, mas naqueles que as prescrevem (Gøtzsche, 2016). Os médicos, como os psiquiatras, tornam-se vendedores de medicamentos para o tratamento de transtornos mentais cada vez mais descritos por categorias intencionalmente elásticas e vagas. Com a ampliação dos critérios diagnósticos, um número maior de indivíduos pode se enquadrar na definição de um transtorno e, assim, aumenta-se a busca por medicação. (Antonelli, 2023; Cunha, 2021; Soares, 2024; Whitaker, 2017).

Por último, cabe ainda destacar que a indústria farmacêutica atua em todas as fases de criação de um produto farmacêutico, desde o processo de pesquisa e ensaios clínicos, passando pelos processos de aprovação e regulamentação até o marketing e a manipulação da opinião médica. No processo de pesquisa e condução de ensaios clínicos, os dados são manipulados para favorecer intenções comerciais, as publicações dos ensaios são seletivas e os resultados indesejados são suprimidos. Na fase de aprovação e regulação, a indústria exerce pressão via lobby, financiamento de campanhas e, por vezes,

suborno, para influenciar a legislação e conseguir aprovações mais rápidas em detrimento de avaliações mais rigorosas de segurança e eficácia. No processo de vendas e da relação com os profissionais de saúde, a indústria opera via incentivos financeiros por meio de consultorias e financiamento de palestras e eventos científicos (Gøtzsche, 2016; Whitaker, 2017).

Em suma, por meio de todos esses mecanismos, desde a narrativa do progresso científico e tecnológico até o marketing e manipulação de dados, o complexo industrial farmacêutico construiu um sistema autorreferente que promove e sustenta o uso indiscriminado de psicofármacos. Esse sistema opera por meio de uma assimetria regulatória e moral, pois, enquanto o uso de substâncias psicoativas ilícitas é criminalizado, estigmatizado e associa populações periféricas ao tráfico, o uso abusivo de medicamentos, apesar de ter se tornado uma questão de saúde pública, não sofre penalidades e consequências de mesma magnitude, exceto casos de dependentes químicos de opioides, por exemplo, que iniciam sua relação com a droga por prescrição médica, mas que ao recorrer a meios ilegais frequentemente passa a sofrer preconceitos similares.

Se, de um lado a guerra às drogas justifica o encarceramento em massa, do outro, a medicalização, ou farmacêuticalização da vida, financia uma indústria predatória. Ambas as categorias, drogas ilegais e medicamentos psicotrópicos, são fármacos, substâncias psicoativas que alteram os estados de consciência. Tanto um quanto o outro são produtos farmacológicos, mercadorias distribuídas globalmente. O uso crônico de qualquer um destes pode desencadear algum nível de dependência e existem psicofármacos com potencial de dependência maior ou igual de outras drogas ditas pesadas. Esse cenário é o desfecho de um longo processo histórico de apropriação e instrumentalização, no qual a racionalidade tecnológica e os imperativos do capitalismo redefiniram o lugar de certas substâncias psicoativas na vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divisão entre drogas ilícitas e fármacos legalizados, sustentada pelas políticas proibicionistas, não se baseia em critérios objetivos e neutros concernentes apenas à farmacodinâmica das substâncias, como sugerem os argumentos que fundamentam tal classificação. Há, em jogo, uma economia

política que criminaliza sujeitos e práticas culturais minoritárias, enquanto promove, indiscriminadamente, o uso contínuo e compulsivo de comprimidos sintéticos análogos às mesmas plantas proibidas, acrescida a diferença de que seus efeitos são mais favoráveis aos padrões normativos impostos. O princípio ativo isolado e transformado em mercadoria representa uma redução do que era, originalmente, parte integrante de uma rica herança cultural dos povos antigos.

Portanto, refletir criticamente sobre a cultura farmacológica exige muito mais do que apontar culpados ou proibir o uso dessas drogas, pois as condições que possibilitaram tal situação estão intimamente articuladas às produções tecnológicas e científicas da sociedade pós-industrial e seus discursos ideológicos constantemente reproduzidos. Esse processo visa apagar os saberes tradicionais de cura e os laços comunitários a eles vinculados, enquanto oferta pílulas que simulam uma solução um sofrimento fabricado estruturalmente pela dinâmica capitalista desde seus primórdios.

Esse trabalho, de cunho teórico, visou interrogar os caminhos históricos, econômicos e discursivos que orientaram os destinos das substâncias psicoativas na cultura contemporânea. Espera-se que tal investigação sirva como aporte crítico para reflexões mais amplas sobre a medicalização e as adicções, fornecendo articulações teóricas para pensar o uso abusivo de fármacos e as condições que o produzem.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. (Original publicado em 1944).

ANTONELLI, Cláudia Cristina. A dimensão psicofarmacológica do sujeito contemporâneo: self farmacológico e vida farmacológica. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 57, n. 4, p. 75–86, dez. 2023. DOI: 10.69904/0486-641x.v57n4.06. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2023000400075&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jan. 2026.

ARAÚJO, Marcelo Ribeiro; MOREIRA, Fernanda Gonçalves. Histórias das drogas. /m: SILVEIRA, Dartiu Xavier da; MOREIRA, Fernanda Gonçalves (org.). **Panorama atual de drogas e dependências**. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2005. p. 9–15.

BALLANTYNE, Peri; RYAN, Kath. Introduction: living pharmaceutical lives. /m: BALLANTYNE, Peri; RYAN, Kath (ed.). **Living pharmaceutical lives**. London: Routledge, 2021. p. 1–12.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Síntese de evidências para políticas de saúde: estratégias para a redução de prescrições inadequadas de antidepressivos no município de Franco da Rocha**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/mis-68134>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

COOPER, Richard J. Opioid analgesics, stigma, shame and identity. //: BALLANTYNE, Peri; RYAN, Kath (ed.). **Living pharmaceutical lives**. London: Routledge, 2021. p. 154–169.

COUTINHO, Denise; FONTELES, Camila. A perspectiva transdisciplinar da psicanálise. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 35, e35440, p. 1–8, 2019. DOI: 10.1590/0102.3772e35440. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/BHwPJRW3GfnMJw9pgJxSBxQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2025.

CUNHA, Maicon. A banalidade do mal psicofarmacológico em tempos de performance. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 32, e200052, p. 1–9, 2021. DOI: 10.1590/0103-6564e200052. Disponível em: https://revistas.usp.br/psicousp/pt_BR/article/view/202613. Acesso em: 30 jan. 2026.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Tradução: Rogério da Costa. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005. (Original publicado em 1972).

DESSAL, Gustavo. O virtual e o real, seguirão sendo diferentes? **Phármakon**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 51–53, set. 2015. Disponível em: <https://pharmakondigital.com>. Acesso em: 26 jan. 2026.

FELDMAN, Nelson. As adições, novas formas do mal-estar contemporâneo. **Phármakon**, Belo Horizonte, v. 4, n. 4, p. 25–28, maio 2023. Disponível em: <https://pharmakondigital.com>. Acesso em: 26 jan. 2026.

FRASCARELI, Lúcia Silveira; ONG, Lucas Francis e Silva. Homo Farmacus: abusos químicos e suas (im)pertinências à racionalidade neoliberal. **Revista Ambivalências**, São Cristóvão, v. 11, n. 21, p. 219–241, 2023. DOI: 10.21665/2318-3888.v11n21p219-241. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/19383>. Acesso em: 30 jan. 2026.

FREUD, Sigmund. Mal-estar na cultura. //: IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (org.). **Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos**. Tradução: Paulo César de Souza. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 235–314. (Original publicado em 1930).

GERBASE, Jairo. O sujeito do ato toxicomaníaco. //: TAVARES, Luiz Alberto; ALMEIDA, Alba Riva Brito de; NERY FILHO, Antônio (org.). **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA, 2004. p. 193–201.

GØTZSCHE, Peter C. **Medicamentos mortais e crime organizado: como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica**. Tradução: Ananyr Porto Fajardo. Porto Alegre: Bookman, 2016. (Original publicado em 2014).

GUIMARÃES, Reinaldo. Sobre a Farma e a Big Pharma. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e17082024, p. 1–8, 2025. DOI: 10.1590/1413-81232025302.17082024. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/sobre-a-farma-e-a-big-pharma/19383?id=19383>. Acesso em: 26 jan. 2026.

JENKINS, Janis H. Psychopharmaceutical self and imaginary in the social field of psychiatric treatment. //: JENKINS, Janis H. (ed.). **Pharmaceutical self: the global shaping of experience in an age of psychopharmacology**. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2011. p. 17–41.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. //: KELLNER, Douglas (org.). **Tecnologia, guerra e fascismo: coletânea de artigos de Herbert Marcuse**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 73–104. (Original publicado em 1941).

MARCUSE, Herbert. Da ontologia à tecnologia: as tendências da sociedade industrial. **Arguments**, Paris, n. 18, p. 54–59, 1960.

NERY COUTINHO, Felipe Barreto. Sexo, drogas e rock'n roll no século XXI. **Phármakon**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 85–88, set. 2015. Disponível em: <https://pharmakondigital.com>. Acesso em: 26 jan. 2026.

NEVES, Tiago Iwasawa; SOUZA, Vinicius José de Lima. Patologia do desempenho: TDAH, drogas estimulantes e formas de sofrimento no capitalismo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 42, e236353, p. 1–13, 2022. DOI: 10.1590/1982-3703003236353. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Vp5qVVVVyX9pymDy3PrKGSM/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2026.

QUAGLIA, Giovanna. On line e o fast time: o que é ser toxicômano hoje? **Phármakon**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 88–91, set. 2015. Disponível em: <https://pharmakondigital.com>. Acesso em: 26 jan. 2026.

RIBEIRO, Ana Luisa; MARCOS, Cristina Moreira. Considerações psicanalíticas sobre o psicofármaco. **ECOS: Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Campos dos Goytacazes, v. 7, n. 1, p. 37–47, 2017. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1903>. Acesso em: 26 jan. 2026.

RIVERA, Salvador M.; GILMAN, Alfred. A invenção de fármacos e a indústria farmacêutica. //: BRUNTON, Laurence L.; HILAL-DANDAN, Randa; KNOLLMANN, Björn C. (org.). **As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman e Gilman**. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2023. p. 3–13.

ROSE, Nikolas. Neurochemical selves. **Society**, New Brunswick, v. 41, n. 1, p. 46–59, 2003. DOI: 10.1007/BF02688204. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02688204>. Acesso em: 26 jan. 2026.

ROUANET, Sergio Paulo. Adorno e a crítica da barbárie: um olhar psicanalítico. //: SOARES, Jorge Coelho (org.). **Escola de Frankfurt: inquietudes da razão e da emoção**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 11–25.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. //: SAFATLE, Vladimir; DUNKER, Christian; SILVA JUNIOR, Nelson da (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 14–43.

SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira. “Lógica do mercado” e “lógica do desejo”: reflexões críticas sobre a sociedade de consumo contemporânea a partir da Escola de Frankfurt. //: SOARES, Jorge Coelho (org.). **Escola de Frankfurt: inquietudes da razão e da emoção**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 121–142.

SIDON, Pierre. Laço social e adições. **Phármakon**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 44–47, nov. 2017. Disponível em: <https://pharmakondigital.com>. Acesso em: 26 jan. 2026.

SILVA, Benjamin. O ilimitado. **Phármakon**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 56–59, set. 2015. Disponível em: <https://pharmakondigital.com>. Acesso em: 26 jan. 2026.

SOARES, Silvio de Azevedo. Pílulas da felicidade: uma genealogia dos psicofármacos contemporâneos. **Margens: Revista Interdisciplinar**, Belém, v. 18, n. 30, p. 296–322, jan./jun. 2024. DOI: 10.18542/rmi.v18i30.17144. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/17144>. Acesso em: 5 nov. 2025.

TEIXEIRA, Iara Fernandes; MARTINS, Iara de Sousa. Racismo, guerra às drogas e encarceramento da população negra: enegrecendo o pensamento psicanalítico no Brasil. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 1276–1303, 2023. Disponível em: <https://abpn.emnuvens.com.br/site/article/view/1558>. Acesso em: 21 dez. 2025.

TORCATO, Carlos Eduardo. **A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República**. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: 10.11606/T.8.2016.tde-05102016-165617. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05102016-165617/pt-br.php>. Acesso em: 5 nov. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World drug report 2025: key findings**. Vienna: United Nations, 2025. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2025.html>. Acesso em: 14 abr. 2025.

WHITAKER, Robert. **Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

04

LEITURA PSICANALÍTICA SOBRE OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS EQUIPES DE TRABALHO

Douglas Marcel da Silva Buzoni

RESUMO

O presente estudo objetivou apresentar um levantamento de alguns conceitos de três vertentes fundamentais da psicanálise (Freud, Klein e Bion) que se mostrassem capazes de clarificar os fatores psicodinâmicos envolvidos na formação das equipes de trabalho. Partiu-se do pressuposto de que uma equipe difere de um agrupamento de pessoas. Revisitando as três escolas psicanalíticas, verificou-se que os fatores conscientes e inconscientes estão no centro da questão proposta, atrelados aos processos de cisão e de integração da mente, conforme desenvolvidos por Melanie Klein. Bion, por sua vez, expõe a existência de dois planos agindo de modo concomitante: o grupo de trabalho e o grupo de suposições básicas. A compreensão da psicodinâmica inconsciente das equipes revelou-se, então, um potencial facilitador para a gestão de pessoas e para o alcance das metas organizacionais.

Palavras-chave: Equipes; inconsciente; personalidade; liderança.

INTRODUÇÃO

A complexidade do mundo corporativo contemporâneo, munida dos constantes avanços tecnológicos e do consequente aprimoramento de ferramentas e técnicas e, sobretudo, na realidade do mundo pós-pandemia, impõe aos líderes dos mais diversos segmentos – em particular aos da área de Gestão de Pessoas – compreender os fatores inter-relacionados à formação das equipes de trabalho, de modo que possam otimizar tarefas e maximizar os resultados buscados.

O avançar do século XX fez emergir novos olhares sobre a gestão das organizações e a gestão do trabalho. A então chamada “mão de obra” foi ganhando importância sobremaneira, levando os líderes a compreenderem cada vez mais que o trabalho se realiza por meio das pessoas que compõem a organização, sendo elas as protagonistas dos processos de alcance do cliente final e da expansão dos negócios em que a organização esteja inserida.

O advento da área de Recursos Humanos, com seu caráter multidisciplinar, fez dela o corolário do modelo de gestão em que as pessoas são a mola propulsora do sucesso organizacional. Neste sentido, Bertelli (2011, s/d.) fornece as seguintes explicações:

O século XXI será, certamente, o da redescoberta das pessoas, na essência e na plenitude. Para atender às exigências da era do mercado computadorizado e globalizado, a empresa hoje procura o profissional criativo, bem-informado e capacitado a exercer suas tarefas com flexibilidade. E mais: deve ser crítico, alerta, curioso e possuir espírito de liderança e elevado senso de trabalho em equipe.

E conforme a direção apontada por Bertelli (2011), a valorização do capital humano enquanto seres pensantes e provocadores de melhorias organizacionais deve ser uma constante nas organizações que desejarem sobreviver e construir uma marca sólida na mente social.

Chiavenato (2014) diz que a imposição do mundo globalizado vem permitindo diversas quebras de paradigmas clássicos no que diz respeito às pessoas e às equipes de trabalho. Para citar alguns exemplos, temos: a princípio, ainda como herança da era industrial, as pessoas eram tidas como recursos produtivos. Com o correr das décadas, tornaram-se, de fato, seres humanos aos olhos

organizacionais; mais recentemente se tornaram provedoras de competências. Anteriormente era buscada a manutenção do *status quo*, mais adiante, passou-se a valorizar a criatividade e, mais recentemente, o foco passou a ser a constante inovação de produtos, serviços e processos; etc.

A noção das pessoas como colaboradoras ou parceiras da organização também é um efeito dos novos tempos globalizados. Atrelado a isso há um modelo de gestão onde as metas organizacionais são compartilhadas com os colaboradores; há, também, ênfase na ética e na responsabilidade e as pessoas são agrupadas em equipes de trabalho. Este contexto é caracterizado “por pessoas e organizações em uma incrível e duradoura interdependência” (CHIAVENATO, 2014, p. 6).

O presente estudo se coaduna com as visões apresentadas acima, onde, partindo de conhecimentos legados por diferentes tradições psicanalíticas, foram levantados aspectos psicodinâmicos que auxiliam a compreender os fenômenos grupais da formação das equipes de trabalho, bem como do funcionamento das mesmas, tendo como base sua importância fundamental ao bom andamento organizacional na atualidade.

O QUE SÃO AS EQUIPES DE TRABALHO?

Morin e Aubé (2009, p. 2013) nos trazem a seguinte colocação sobre os relacionamentos interpessoais:

A relação humana permite à pessoa se definir, descobrir no que ela é única e no que se parece com os outros; em resumo, permite à pessoa encontrar sua identidade. Além disso, tudo o que faz uma pessoa quando está em relação com os outros tem repercussões sobre eles e, ao mesmo tempo, sobre ela própria; de resto, tudo o que uma pessoa faz para si mesma tem efeito sobre os outros. Desse modo, as relações que entretêm as pessoas em um meio determinam o desenvolvimento da sociedade que elas constituem.

Assim sendo, conforme a exposição destas autoras, a identidade individual se dá nas e por meio das relações interpessoais. E isto se aplica a todo tipo de relacionamento, dos familiares aos relacionamentos com colegas de trabalho. Morin e Aubé (2009) complementam o tema dizendo que nenhum

tipo de relacionamento humano deixa de ter sua primária dimensão *afetiva*. Assim acontece a qualquer modalidade de relacionamento, tenha ele um objetivo explícito ou não para existir. No caso dos relacionamentos de trabalho, há motivos explícitos e outros implícitos.

A temática dos relacionamentos interpessoais e da afetividade que os envolve leva a outro tópico: os grupos.

Apesar do termo *grupo* ter sido cunhado há relativamente pouco tempo (século XII, na França) a humanidade sempre teve a tendência a se agrupar. Diversos fatores levam as pessoas a se agruparem umas às outras: desejo de sentir-se filiado a algo ou alguém; desejo de aprovação por alguém que lhe projete uma imagem positiva do interlocutor; desejo de reconhecimento social; etc. (MORIN; AUBÉ, 2009). No que diz respeito aos grupos de trabalho, eles podem se formar espontaneamente ou obrigatoriamente. Por espontaneidade podem ser com as mais diversas finalidades, sendo orientados, geralmente, pela *afinidade* pré-existente entre seus membros. O outro modelo de formação não tem como base a afinidade – e em alguns casos ela se quer existe, a princípio – e, portanto, os indivíduos não se escolhem para a formação do grupo. A este respeito, Morin e Aubé (2009, p. 304, grifo meu) esclarecem:

Em um contexto organizacional, o grupo representa um recurso, tanto para o indivíduo que faz parte quanto para a empresa. O grupo pode, notadamente, oferecer apoio ao indivíduo quando de sua admissão e ao longo de seu percurso na empresa, pode oferecer ajuda para a aquisição das habilidades úteis para a execução de suas tarefas, bem como para seu aperfeiçoamento, e também prestar assistência ao indivíduo em suas atividades cotidianas. Para a empresa, o grupo permite a realização de tarefas complexas ou difíceis na medida em que se beneficia dos talentos de diversos indivíduos. Ele permite também melhorar a qualidade das decisões, facilita a mudança e garante a estabilidade organizacional mediante a consolidação do *sentimento de pertencer ao grupo de trabalho*.

E assim sendo, é notória a importância dos grupos de pessoas para as organizações. Sua interação pode se dar *entre as pessoas* de um mesmo grupo, *entre um indivíduo (ou mais) e um grupo* ao qual não pertença diretamente (por exemplo, entre um colaborador e uma empresa fornecedora de algum insumo) e *entre grupos de pessoas* (talvez numa reunião estratégica onde mais de um

departamento de uma mesma organização esteja presente para que se tome alguma decisão urgente ou para a realização de um treinamento, por exemplo).

Os estudos de Spector (2012) nos mostram que há diferenças entre os grupos de trabalho e as *equipes* de trabalho. De acordo com ele, um grupo de trabalho reúne pessoas em torno de algumas metas inter-relacionadas. Isto, todavia, não significa que estejam trabalhando em conjunto ou em apoio umas às outras. Neste contexto, as equipes de trabalho são uma forma específica de grupos de trabalho, porém com algumas diferenças: as equipes, segundo Spector, se constituem como tais quando existem atividades interdependentes entre seus membros, atividades estas coordenadas com cada indivíduo tendo seu papel delimitado para que as metas comuns sejam atingidas por todos. O autor citado destaca, ainda, que num grupo de trabalho que não se constitua como equipe os trabalhos podem ser realizados sem a presença de alguns dos membros, podendo até o trabalho destes ser feito por outros, sem problemas; já numa equipe de trabalho não é possível que o trabalho de algum membro ausente seja realizado com eficácia por outro dos membros. Além disso, ele resume a questão, dizendo que “todas as equipes são grupos, mas nem todos os grupos são equipes” (SPECTOR, 2012, p. 324).

COMPREENDENDO AS EQUIPES DE TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE

Psicanálise é o ramo de estudo e de trabalho que visa compreender o chamado Inconsciente humano e as formas através das quais ele influencia em nosso comportamento e na nossa saúde mental. Inaugurada por Sigmund Freud (1856 – 1939), a Psicanálise nasceu como uma forma de tratamento clínico mental e assim permanece até os dias atuais.

Sobre a criação de Freud, Feist, Feist e Roberts nos explicam:

A compreensão de Freud da personalidade humana foi baseada em suas experiências com pacientes, em sua análise dos próprios sonhos e em sua vasta leitura de várias ciências e humanidades. Essas experiências angariaram os dados básicos para a evolução de suas teorias. Para ele, a teoria seguia a observação, e seu conceito de personalidade passou por constantes revisões durante os últimos 50 anos de sua vida. Apesar de suas ideias inovadoras,

Freud insistia que a psicanálise não podia se sujeitar ao ecletismo, e os discípulos que se desviaram de suas ideias básicas logo se viram pessoal e profissionalmente colocados no ostracismo por Freud (FEIST, FEIST, ROBERTS; 2015, p. 13).

Entretanto, seus conceitos fundamentais são perfeitamente aplicáveis a diferentes contextos, para além do *setting* terapêutico, visto que o Inconsciente está em ação onde quer que se encontre o ser humano. Além disso, é necessário observar que ao longo do último século a Psicanálise transformou-se de modo consistente e – felizmente – irrecuperável, conforme esclarece Sayers:

A psicanálise foi virada de cabeça para baixo. Antes patriarcal e falocêntrica, ela é hoje quase inteiramente centrada na mãe. Seu foco deslocou-se das questões passadas e individuais, concernentes ao poder patriarcal, ao recalcamento, à resistência, ao saber, ao sexo e à castração, para as questões atuais e interpessoais concernentes aos cuidados maternos e a suas vicissitudes – identificação, idealização e inveja, privação e perda, amor e ódio, introjeção e projeção (SAYERS, 1991, p. 15).

Faz parte do desenvolvimento natural de qualquer área de estudo encontrar novos caminhos e novas explicações para suas próprias questões. Assim foi também com a Psicanálise. Além de Freud, outros autores trouxeram contribuições ao entendimento da mente humana e do desenvolvimento da personalidade. No presente estudo foram resgatadas algumas contribuições fundamentais de Freud, Klein e Bion; questões estas, intimamente ligadas aos processos pertencentes às equipes de trabalho, às suas maneiras particulares de funcionar e à interação de seus membros entre si.

Desejos inconscientes

Sigmund Freud (1856 – 1939), um pioneiro em estudos sobre o funcionamento mental, além de ter fundado a psicanálise e ter aberto caminho para diversos estudiosos contemporâneos, trouxe diversas contribuições à compreensão de questões até então inexplicáveis sobre a mente, o emocional e o comportamento humano. De acordo com Freud a mente é dividida em duas partes: o consciente e o inconsciente. Consciente refere-se a tudo quanto é percebido pela mente de modo ativo e intencional; tudo que esteja disponível ao alcance

da visão e da compreensão humana em determinada situação é “filtrado” pelo consciente. Já a parte inconsciente da mente recebe outros aspectos mentais não acessíveis em determinada situação, como as lembranças, por exemplo, que estão guardadas, mas que não estão sendo “utilizadas” naquele momento. Freud dá ênfase à repressão que a mente faz de muitos dados mentais para dentro do inconsciente, geralmente por serem questões indesejadas ou inaceitáveis ao sujeito. “O inconsciente contém todos os impulsos, desejos ou instintos que estão além da consciência, mas que, no entanto, motivam a maioria de nossos sentimentos, ações e palavras” (FEIST; FEIST; ROBERTS, 2015, p. 17).

No presente estudo partimos da premissa de que diversos conteúdos do inconsciente do indivíduo mantém influência direta na formação da equipe de trabalho a que ele pertença. Bem como na interação do mesmo junto aos seus pares, sua colaboração em atividades diversas, etc. Além disso, particularidades de cada equipe de trabalho são diretamente interligadas a questões inconscientes de cada um de seus membros, como seus desejos – expressos ou não – suas fantasias, seus medos, seus preconceitos, etc.

Processos de integração e de cisão da mente

Melanie Klein (1882 – 1960), assim como Sigmund Freud, ocupa lugar de destaque na história do movimento psicanalítico. Suas principais inovações vão desde criação de uma técnica psicanalítica para o atendimento infantil a uma nova teoria sobre o desenvolvimento da mente e da personalidade.

Apesar de Klein ter desenvolvido seu trabalho e sua obra – assim como Freud – debatendo questões relativas ao desenvolvimento do indivíduo, seu legado dialoga perfeitamente com o que está sendo proposto neste estudo; além disso, a própria Klein reconhecia esta possibilidade de compreensão dos relacionamentos interpessoais a partir de sua teoria psicanalítica, como expresso no seguinte trecho:

Ao considerar do ponto de vista psicanalítico o comportamento de pessoas em seu ambiente social, é necessário investigar como o indivíduo desenvolve-se da infância à maturidade. Um grupo – seja ele grande, seja pequeno – consiste de indivíduos em relação uns com os outros. Portanto, a compreensão da personalidade é a base para a compreensão da vida social (KLEIN, 1991, p. 281).

Melanie Klein se destaca de outros autores que descrevem o funcionamento mental, sobretudo, por seus conceitos de mecanismos arcaicos e primitivos da mente do bebê e o posterior impacto deles na mente do adulto. “Segundo Melanie Klein, no nascimento já existe ego suficiente para experimentar ansiedade, usar mecanismos de defesa e formar relações de objeto primitivas na fantasia e na realidade” (SEGAL, 1975, p. 36). Assim sendo, a mente do bebê lança mão de certos mecanismos no intuito de tentar preservá-lo da mistura caótica de fantasia e realidade em que seu ego primitivo se encontra inserido. Além disso, Klein considera que na mente do bebê há ação dos instintos – em especial do chamado instinto de morte – o que opera como um complicador e ao mesmo tempo um impulsionador do desenvolvimento mental. Este recorte de uma de suas principais discípulas elucida a dinâmica mental do bebê em suas primeiras semanas de vida, na concepção de Klein:

Quando confrontado com a ansiedade produzida pelo instinto de morte, o ego o deflete. Essa deflexão do instinto de morte, descrita por Freud, consiste, segundo Melanie Klein, em parte numa projeção e em parte na conversão do instinto de morte em agressividade. O ego se divide (*splits*) e projeta essa sua parte, que contém o instinto de morte, para fora, no objeto externo original – o seio. Assim, o seio, que é sentido como contendo grande parte do instinto de morte do bebê, é sentido como mau e como ameaçador para o ego, dando origem ao sentimento de perseguição. Desta maneira, o medo original do instinto de morte é transformado em medo de um perseguidor (SEGAL, 1975, p. 37).

Vê-se que uma das principais – senão a principal – características da obra de Melanie Klein é que ela trata primordialmente de um inconsciente profundo, com mecanismos que operam de modo muitas vezes entrelaçado, sendo que estes mesmos mecanismos ela nos descreve como arcaicos, do princípio da vida do indivíduo, constitucionais e variáveis de uma pessoa a outra.

Os principais mecanismos de defesa propostos por Klein são: cisão de objeto interno (onde as outras pessoas e até o próprio indivíduo tendem a serem vistos como predominantemente bons e idealizados ou maus e perseguidores; projeção (onde aspectos de si mesmo e de sua subjetividade são “vestidos” em outras pessoas e na percepção que se tem delas); inveja (que é constitucional, de nascença e que vai adquirindo muitas “formas” ao longo da vida); desvalorização

do objeto (uma defesa contra a inveja que se sente); reparação (um meio de se tentar curar feridas subjetivas); inversão (uma espécie de projeção ao contrário, onde a outra pessoa é vista como sendo o próprio indivíduo e então há uma tentativa de se fazer com ele ou por ele algo que gostaria que alguém tivesse feito por si, no passado) (KLEIN, 1991; SEGAL, 1975; SIMON, 1986). São muitas as formas como estes mecanismos podem operar na mente e no comportamento do ser humano adulto, em diversos contextos, do familiar ao contato com amigos e também no ambiente profissional com colegas. Debruçando-se mais sobre o mecanismo de projeção e sobre os aspectos subjetivos projetados, Klein defende que o interjogo entre o funcionamento mental e a realidade externa pode até mesmo ser benéfico para o indivíduo, permitindo seu crescimento, como pode ser verificado no trecho a seguir:

A projeção tem muitas repercussões. Somos inclinados a atribuir a outras pessoas – em certo sentido colocar dentro delas – algumas de nossas próprias emoções e pensamentos, e é óbvio que a natureza amistosa ou hostil dessa projeção dependerá de quão equilibrados ou perseguidos estejamos. Através da atribuição de parte de nossos sentimentos a outra pessoa, compreenderemos seus sentimentos, suas necessidades e satisfações. (...) Se a projeção é predominantemente hostil, ficam prejudicadas a empatia verdadeira e a capacidade de compreender os outros (KLEIN, 1991, p. 286-287).

Klein mostra, no trecho acima, que se mantinha otimista quanto ao crescimento mental, emocional e da personalidade também. Ela não falava somente em aspectos cindidos e/ou agressivos da mente, mas também frisava a integração e a reparação.

Os mecanismos psíquicos descritos por Melanie Klein se aplicam com facilidade à realidade das equipes de trabalho e dos grupos em geral. Há uma linha bastante tênue, na teoria kleiniana, que separa a realidade externa da interna. A forma com que o indivíduo lida com a externa depende do que “povoa” a interna e se há paz ou um gigantesco caos na interna depende em boa parte do que acontece ou já aconteceu externamente. No contexto de uma equipe o comportamento dos indivíduos vai estar diretamente relacionado à situação de seu mundo interno e de como lida com ele. As projeções (por que são realizadas quase que naturalmente), a depender de seu conteúdo, ditarão as afinidades e

a ausência delas; o estilo de liderança aplicado seguirá este mesmo raciocínio, além disso, a habilidade pessoal para ser um líder do escalão médio (MAXWELL, 2007), idem. Inclusive, a habilidade de autoliderança, independente de se ocupar um cargo de gestão ou não, estará ligada à forma com que o indivíduo vê a si mesmo, se não possui um superego muito severo e se as partes boas e más de seu *self* estão mais assimiladas e reparadas, ao invés de cindidas e projetadas.

Suposições básicas e valência

Wilfred Bion (1897 – 1979) foi outro influente teórico da psicanálise. Seguidor e colaborador de Melanie Klein, desenvolveu sua própria teoria do funcionamento mental e uma teoria dos processos grupais também.

A teoria dos grupos proposta por Bion aplica desenvolvimentos de conceitos clássicos de Freud e Klein. Ainda que ao descrevê-los Bion estivesse lidando com uma forma experimental de psicoterapia grupal, seus conceitos se encaixam facilmente na realidade organizacional e nas equipes de trabalho. Os conceitos-base que apresentaremos aqui são os de suposições básicas e de valência.

É importante ter em mente que Bion (1975), ao se basear nos conceitos de consciente e inconsciente, descreve duas modalidades atuantes nos grupos: o grupo de trabalho e as suposições básicas, que de certo modo seriam desdobramentos dos dois conceitos de Freud, adaptados à realidade grupal. Grupo de trabalho liga-se às funções conscientes e pensantes do grupo (ZIMMERMAN, 2000). Se pensarmos na realidade organizacional, o grupo de trabalho diz respeito às atividades diárias das equipes, às funções de cada cargo e à forma como tantas vezes uma função se liga à outra, isto é, aos processos organizacionais que devem ser realizados diariamente e aos planejamentos em geral. Sobre o grupo de suposições básicas, Zimmerman fornece a seguinte descrição:

Os supostos básicos (SB) funcionam nos moldes do processo primário do pensamento e, portanto, obedecem mais às leis do inconsciente dinâmico. Assim, os supostos básicos ignoram a noção de temporalidade, de relação causa-efeito, ou se opõem a todo o processo de desenvolvimento, e conservam as mesmas características que as reações defensivas mobilizadas pelo Ego primitivo contra as ansiedades psicóticas (ZIMMERMAN, 2000, p. 75).

Portanto, enquanto o grupo de trabalho se relaciona com aquilo que é “palpável”, observável e muitas vezes mensurável, as suposições básicas são o emaranhado de processos que muitas vezes não se apresentam de modo explícito, mas que também estão presentes, influenciando grandemente a realidade do grupo. Os “papéis” desempenhados pelos membros do grupo, a forma como interagem entre si e até questões como motivação e produtividade possuem vínculo com as suposições básicas vigentes. De acordo com Bion (BION, 1975; ZIMERMAN, 2000), há três formas primordiais de suposições básicas: luta e fuga; dependência; acasalamento. Em “dependência” há a escolha – inconsciente – de um líder espiritual, por assim dizer, com quem o grupo passa a manter um relacionamento praticamente parasitário; em “luta e fuga” o grupo está repleto de ansiedades paranóides e persecutórias, onde há a presença marcante dos mecanismos de defesa descritos por Melanie Klein e, além disso, o grupo elege um inimigo a quem atacar, podendo até ser algo o alguém externo ao grupo; em “acasalamento” há novamente a espera por um Messias que venha salvar o grupo, onde é comum a formação de pares onde há identificação mútua entre os indivíduos.

Bion esclarece, ainda, que em um mesmo grupo as três suposições podem coexistir e, em algum momento podem alternar-se e causarem a fusão entre os subgrupos. Debruçando-se sobre a suposição básica de acasalamento, ele esmiúça a constelação de defesas e ansiedades que podem fazer-se presente, possivelmente até modificando a direção tomada pelo subgrupo:

Em resumo, qualquer que seja a suposição básica ativa, a investigação revela que os elementos da situação emocional acham-se tão intimamente ligados a fantasias das primeiras ansiedades que o grupo é compelido, sempre que a pressão da ansiedade torna-se grande demais, a empreender uma ação defensiva. (...) O impulso a acasalar-se pode agora ser visto como possuindo um componente derivado da ansiedade psicótica associada com primitivos conflitos edípicos a operar sobre (*sic*) uma base de relações de objetos parciais. Esta ansiedade compele os indivíduos a buscar aliados e esta derivação do impulso a acasalar-se é ocultada pela explicação aparentemente racional de que, no grupo de acasalamento, o motivo é sexual e o objetivo, a reprodução.

Mas se o grupo de acasalamento é ativo, descobrimos novamente que muitos de seus componentes acham-se próximos demais a primitivos objetos parciais para fugir à identificação com eles (*sic*), de maneira que é apenas uma questão de tempo antes de a ansiedade psicótica ser despertada com uma força (*sic*) tal que nova defesa tem de ser achada. Imaginemos que ela assume a forma do grupo de luta-fuga, ou seja, a libertação de ódio que encontra um escoadouro em ataques destrutivos a um suposto inimigo ou numa fuga ao objeto odiado. A indiferença do grupo para com o indivíduo e, mais ainda, a sua incapacidade de fugir por este (*sic*) meio à primitiva cena primária, conduzem novamente à libertação da ansiedade e à necessidade de outra mudança de suposição básica (BION, 1975, p. 151).

E a partir da citação acima, verifica-se que de acordo com Bion a dinâmica grupal não é estática. Na verdade muda com relativa frequência, geralmente – parafraseando Bion – visando lutar contra algo ou disso fugir (ansiedade paranoide). Há enorme quantidade de fatores que podem influenciar as mutações na dinâmica grupal e eles devem ser observados caso a caso.

Valência é outro conceito fundamental de Bion a que devemos dar atenção. De acordo com ele (BION, 1975), os membros de um grupo, ou equipe, no caso deste estudo, possuem uma “adesão” particular ao funcionamento das suposições básicas. A valência, em Bion, é o nível de adesão e participação de um indivíduo aos processos psicológicos vigentes na realidade grupal. Ele destaca que cooperação seria um termo melhor associado ao grupo de trabalho, visto as intenções reflexivas e conscientes envolvidas. Zimerman (2000, p. 75) esclarece que esse conceito “designa a aptidão de cada indivíduo combinar com os demais, em função dos fatores inconscientes de cada um”. A valência, então, relaciona-se mais aos processos inconscientes da mente e, portando, ao que Bion denomina “suposições básicas” dos processos grupais. Partindo desse princípio, a valência estará, então, ligada às maneiras inconscientes da equipe lidar com as demandas diárias, seus relacionamentos interpessoais, possíveis insubordinações, etc. etc. O sentimento de pertença ou a ausência dele pode-se considerar como oriundo da habilidade pessoal em aderir aos processos grupais vigentes. Há que se pensar que o pertencer, se sentir incluído e “vestir a camisa” da instituição diz respeito a um emaranhado de processos interligados e às vezes, até mais objetivos do que subjetivos, contudo, a situação emocional

e do mundo interno¹ do profissional, também direcionam a impressão de estar ou não “encaixado” na realidade da equipe e do ambiente de trabalho.

DISCUSSÃO

Observa-se, através dos recortes das três escolas psicanalíticas que serviram de norte para este estudo, a presença de diversos processos psicodinâmicos envolvidos na formação das equipes de trabalho bem como em sua continuidade, dia após dia.

As equipes de trabalho são formadas visando alcançar o objetivo fundamental de entregar o produto ou serviço oferecido pela organização ao cliente final; cada um de seus membros é estrategicamente selecionado e fixado em um cargo com um agrupamento de funções específico. No plano objetivo e externo os fatores a serem considerados giram em torno da especialidade do colaborador, sua experiência prévia, a necessidade – ou não – de treinamentos para aprimoramento, etc.. No plano subjetivo e interno muitos outros fatores agem de modo tantas vezes intrínseco, facilitando ou dificultando o alcance das metas estabelecidas pela liderança e pela organização como um todo.

Freud considera que o inconsciente direciona as ações das pessoas. Nele estão depositados os afetos, as lembranças, os traumas, os preconceitos e diversos tipos de conteúdos que foram reprimidos (ou recalçados) ao longo da vida, pelos mais diversos motivos. Ainda conforme a obra desse autor, aquilo que não é lembrado e elaborado irá dirigir a vida do indivíduo. No ambiente de trabalho, as questões inconscientes propostas por Freud fazem-se presentes o tempo todo, indo desde a qualidade nos relacionamentos interpessoais à motivação para a realização das tarefas diárias.

Klein considera que o inconsciente proposto por Freud está sendo “construído”, por assim dizer, desde o nascimento do bebê. Os processos de cisão e de integração estão acontecendo desde sempre e seguem ao longo da vida. Os adultos mental e emocionalmente mais saudáveis são mais integrados e menos cindidos e conseguem enxergar o mundo de modo mais realista; em

¹ Aproveitando o conceito de Melanie Klein.

casos opostos, há dificuldade em compreender adequadamente a separação entre o que é “seu” e o que é “do outro”, acontecendo, então, uma percepção deturpada da realidade, com a presença de ansiedade persecutória e do mecanismo que ela chama de identificação projetiva.

Numa equipe de trabalho a existência de empatia, diálogo, escuta sincera, abertura a sugestões, ambiente acolhedor e seguro, existem os processos de integração e de reparação² acontecendo, sobretudo por parte da liderança. Se na equipe esteja mais em evidência a desconfiança, a inveja, a desvalorização (verbalizada ou não), intimidações, etc., ela estará com processos de cisão acontecendo mais frequentemente e isto é um forte alerta relacionado à saúde mental de seus membros.

Bion demonstra o interjogo entre as duas faces dos grupos: uma consciente e integradora, que ele chamou de grupo de trabalho e outra inconsciente e cindida, o grupo de suposições básicas. Pontua, ainda, que a adesão – que ele chama de valência – à psicodinâmica do grupo é algo variável de uma pessoa à outra e de caráter inconsciente.

Verifica-se, portanto, que os conceitos legados por Freud, Klein e Bion permanecem atuais e úteis à compreensão da psicodinâmica das equipes de trabalho, sendo um conhecimento estratégico para profissionais da área de gestão de pessoas capaz de esclarecer questões que pareçam sem resposta racional, facilitando processos de avaliação e de gestão de mudança.

CONCLUSÃO

Conclui-se, então, que há diversos processos inconscientes que influenciam as equipes de trabalho, desde a sua formação a enquanto ela existir. Coexistindo com a dinâmica consciente e objetiva das funções de cada cargo, os mecanismos individuais inconscientes atuam individual e coletivamente

² Klein define reparação como o processo de recriar e reviver objetos internos que foram agredidos e destruídos em fantasia inconsciente. É, em outras palavras, uma forma de curar as feridas internas, tanto com outras pessoas quanto com a própria autoimagem. Se a reparação for bem sucedida, então as emoções penosas irão desaparecer e o mundo interno do indivíduo ficará mais bonito, melhorando a autoestima e a qualidade dos relacionamentos interpessoais.

direcionando as interações entre os membros da equipe, cada um deles com seu líder e da equipe enquanto unidade com o mesmo. Cada caso deve ser observado e compreendido individualmente, porém, conforme verificado no presente estudo, o inconsciente, junto aos processos de integração e de cisão e seus desdobramentos mostram-se presentes em todos os aspectos da vida humana, incluindo-se aí a vida profissional.

REFERÊNCIAS

- BERTELLI, L. G. Prefácio. *In*: MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BION, W. R. **Experiências com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.
- FEIST, J.; FEIST, G. J.; ROBERTS, T.-A. **Teorias da personalidade**. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.
- KLEIN, M. **Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- MAXWELL, J. C. **O líder 360º: como desenvolver seu poder de influência a partir de qualquer ponto da estrutura corporativa**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2007.
- MORIN, E. M.; AUBÉ, C. **Psicologia e gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SAYERS, J. **Mães da psicanálise: Helene Deutsch, Karen Horney, Anna Freud, Melanie Klein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- SEGAL, H. **Introdução à obra de Melanie Klein**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- SIMON, R. **Introdução à psicanálise: Melanie Klein**. São Paulo: EPU, 1986.
- SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

AMADURECIMENTO E PASSAGEM PARA A REALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

Marco Aurélio Davi dos Santos

Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)

Jacqueline Mazzoni

Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)

Hugo Tanizaka

Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)

Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

O presente estudo de caso tem como objetivo compreender as dinâmicas psíquicas subjacentes aos comportamentos desafiadores na infância, a partir da trajetória terapêutica de G., um menino de cinco anos atendido na Clínica-Escola de Psicologia de uma universidade particular localizada na zona leste da cidade de São Paulo. O processo psicoterapêutico ocorreu ao longo de 24 sessões, tendo como queixa principal episódios frequentes de birras e comportamentos desafiadores no contexto familiar. A análise foi conduzida por meio de uma escuta psicodinâmica orientada pela psicanálise infantil, possibilitando acessar conteúdos inconscientes como fantasias de abandono, mecanismos de defesa primitivos e vínculos simbióticos com a figura materna. A ludoterapia e o uso de técnicas projetivas constituíram os principais instrumentos clínicos, favorecendo a expressão simbólica das angústias e a elaboração de conflitos emocionais. Os resultados evidenciam a importância de uma escuta clínica atenta ao inconsciente e à dinâmica familiar na constituição subjetiva da criança, bem como, em seu amadurecimento psicológico, destacando o brincar como instrumento fundamental de simbolização e intervenção terapêutica.

Palavras-chave: Psicanálise Infantil; Ludoterapia; Mecanismos de Defesa; Amadurecimento

INTRODUÇÃO

A infância constitui um período fundamental para o desenvolvimento psíquico e emocional do sujeito. Entre os três e seis anos de idade, fase denominada segunda infância, observa-se um avanço significativo nas capacidades cognitivas, motoras e na construção da autorregulação emocional, permitindo que a criança gradualmente passe a compreender e regular seus próprios comportamentos e sentimentos (Papalia; Feldman, 2013). Nesse período do desenvolvimento, a criança encontra-se em intenso processo de organização psíquica, no qual emoções, impulsos e experiências relacionais começam a ser progressivamente integrados ao seu funcionamento interno

Diante da imaturidade neurológica e emocional característica dessa fase, manifestações afetivas intensas podem emergir como formas de expressão da experiência subjetiva da criança. Episódios de birra, por exemplo, frequentemente surgem diante de situações de frustração ou da impossibilidade de obter aquilo que se deseja. De acordo com Duarte e Mônico (2015), as birras fazem parte do repertório comportamental esperado na infância, representando uma forma de expressão emocional diante da frustração. No entanto, quando essas manifestações apresentam elevada frequência, intensidade ou dificuldade de regulação, podem indicar a presença de conflitos emocionais mais complexos, exigindo uma compreensão ampliada do funcionamento psíquico infantil.

No campo da psicanálise, a compreensão dos comportamentos infantis ultrapassa a dimensão comportamental imediata, buscando acessar os processos inconscientes que estruturam o psiquismo da criança. Freud (1924) já apontava que o funcionamento psíquico se organiza a partir de tensões constantes entre impulsos internos e exigências da realidade, sendo o sintoma uma forma de mediação entre essas forças em conflito.

A constituição psíquica da criança encontra-se profundamente enraizada nas relações precoces estabelecidas com seus cuidadores, especialmente com a figura materna ou com aquele que exerce a função de cuidado primário. É nesse campo relacional inicial que se estruturam as bases da experiência emocional, da capacidade de simbolização e da organização do self. A qualidade dessas primeiras interações influencia diretamente a forma como a criança passa a experimentar o mundo, a si mesma e ao outro, impactando sua capacidade de

lidar com frustrações e construir vínculos seguros ao longo do desenvolvimento (Winnicott, 1975).

Nesse sentido, a família constitui o primeiro espaço de constituição subjetiva da criança, sendo o contexto no qual se estruturam as primeiras relações simbólicas com as figuras parentais (Machado, 2015). A função materna ocupa lugar central nesse processo, uma vez que representa o primeiro vínculo significativo da criança com o mundo, favorecendo a constituição psíquica e a construção da imagem corporal e simbólica do sujeito (Calzavara; Pereira, 2019).

Winnicott (1975) descreve a função da chamada “mãe suficientemente boa” como aquela capaz de oferecer ao bebê um ambiente de sustentação emocional o *holding*, que possibilita à criança experimentar uma sensação de continuidade de existência. Ao longo do desenvolvimento, a introdução progressiva de pequenas frustrações torna-se fundamental para que a criança possa reconhecer a alteridade do mundo externo e desenvolver recursos psíquicos próprios. Quando essa relação permanece excessivamente fusional ou quando a separação simbólica encontra dificuldades para se estabelecer, o processo de diferenciação do self pode ser comprometido, levando a criança a expressar suas angústias por meio de manifestações comportamentais intensas.

Na infância, muitos conteúdos psíquicos ainda não encontram vias de expressão pela linguagem verbal. Dessa forma, conflitos internos, tensões emocionais e angústias primárias tendem a manifestar-se por meio do comportamento ou do brincar. Assim, comportamentos considerados desafiadores podem funcionar como uma linguagem do inconsciente, revelando tentativas da criança de comunicar experiências psíquicas ainda pouco simbolizadas.

Além disso, a dinâmica familiar exerce influência significativa na organização emocional da criança. Mudanças no contexto familiar ou a presença de novos membros na família podem mobilizar fantasias intensas no mundo interno infantil, como rivalidade fraterna, medo de perda de amor ou sensação de exclusão. Ainda que tais fantasias não correspondam necessariamente à realidade objetiva, elas exercem forte impacto na experiência subjetiva da criança e em sua forma de se relacionar com o ambiente (Calzavara; Ferreira, 2019).

Nesse contexto, o brincar assume papel central na clínica psicanalítica infantil. Por meio da atividade lúdica, a criança pode expressar conteúdos

inconscientes, elaborar conflitos internos e construir formas simbólicas de representar suas experiências emocionais. A ludoterapia e os instrumentos projetivos tornam-se, portanto, recursos clínicos importantes para acessar aspectos profundos do funcionamento psíquico infantil (Cunha, 2007).

Vale ressaltar que Winnicott (1975) destaca que o brincar ocorre em um espaço potencial situado entre a realidade interna e a realidade externa, permitindo que a criança experimente, simbolize e transforme suas experiências emocionais. Nesse espaço intermediário, o sujeito encontra condições para elaborar conflitos e desenvolver recursos psíquicos mais integrados.

É importante considerar que, na clínica psicanalítica infantil, a escuta não se limita ao comportamento manifesto da criança, mas também se dirige ao que se apresenta no plano simbólico e no não-dito. Muitas vezes, conteúdos psíquicos emergem por meio de gestos, repetições lúdicas ou intensas reações emocionais. Conforme aponta Volpi (2008), os mecanismos de defesa na infância frequentemente operam de maneira silenciosa, manifestando-se por meio de estratégias simbólicas que exigem uma escuta sensível por parte do terapeuta.

Diante dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo compreender, a partir de um estudo de caso clínico, as dinâmicas psíquicas associadas a comportamentos desafiadores na infância, analisando o processo terapêutico de uma criança atendida em uma clínica-escola de psicologia. Busca-se explorar os significados simbólicos subjacentes às manifestações comportamentais apresentadas, com ênfase na expressão do conflito por meio do brincar e nas relações estabelecidas com as figuras parentais.

DETALHAMENTO DO CASO

O caso analisado refere-se a G., criança do sexo masculino, com cinco anos de idade, encaminhada para atendimento psicológico na Clínica-Escola de Psicologia em uma universidade particular na zona leste da cidade de São Paulo. A solicitação do atendimento partiu da mãe, que relatou dificuldades em lidar com comportamentos recorrentes de birra apresentados pelo filho há aproximadamente dois anos.

Segundo o relato materno obtido na entrevista inicial, os episódios ocorriam principalmente no ambiente doméstico, sendo caracterizados por comportamentos como choro intenso, jogar-se ao chão e, em alguns momentos, manifestações de agressividade física. A mãe relatou ainda dificuldade em manejar essas situações, especialmente quando o filho era contrariado ou precisava lidar com frustrações. Além disso, tais comportamentos também eram observados em contextos sociais, como na escola ou em encontros familiares, o que contribuía para o aumento da preocupação dos responsáveis e para dificuldades na convivência cotidiana.

A mãe descrevia G. como uma criança afetuosa, porém extremamente sensível e dependente de sua presença. Segundo seu relato, o filho demonstrava grande dificuldade em aceitar negativas ou mudanças de rotina, reagindo frequentemente com choro intenso, gritos, oposição ou comportamentos agressivos. Em diversos momentos, as birras surgiam de forma aparentemente desproporcional às situações que as desencadeavam, o que intensificava o sentimento de impotência por parte dos adultos responsáveis.

No que se refere ao histórico de desenvolvimento, a gestação foi planejada e desejada pela mãe, embora inicialmente o pai tenha demonstrado resistência à ideia de ter um segundo filho. O desenvolvimento motor e linguístico da criança ocorreu dentro dos parâmetros esperados para a faixa etária, sem intercorrências significativas. Um aspecto relevante relatado pela mãe refere-se ao período de desmame, momento em que a criança apresentou forte apego ao seio materno. Após essa fase, começaram a surgir comportamentos de irritabilidade e desobediência, que se intensificaram por volta dos três anos de idade.

Durante as entrevistas iniciais com os responsáveis, observou-se que G. vive em um contexto familiar composto pela mãe, pelo pai e por um irmão. A dinâmica familiar descrita indicava uma forte centralidade da mãe no cuidado cotidiano da criança, sendo ela a principal referência afetiva e organizadora da rotina doméstica. O pai, embora presente na estrutura familiar, aparecia nos relatos de maneira mais periférica no que se refere à condução das situações de conflito e às decisões educativas.

Um aspecto recorrente nos relatos familiares dizia respeito à relação de G. com o irmão. A presença do irmão parecia mobilizar sentimentos de

rivalidade e disputa por atenção materna. A mãe relatava que, em determinadas situações, a criança demonstrava maior necessidade de atenção exclusiva, reagindo com irritação ou frustração quando percebia que o cuidado materno estava direcionado ao outro filho. Essas experiências parecem ter intensificado sentimentos de ciúme e competição no campo emocional da criança.

O processo foi conduzido por meio de 24 atendimentos. Inicialmente foram realizadas entrevistas com os responsáveis, seguida de sessões lúdicas com a criança, nas quais foram utilizadas técnicas projetivas e instrumentos específicos do psicodiagnóstico infantil. A entrevista inicial com os responsáveis constitui etapa fundamental do processo de avaliação, pois permite compreender o contexto familiar da criança e acolher possíveis angústias e sentimento de culpa presentes nos cuidadores (Aberastury, 1982).

Durante as sessões com a criança foram utilizadas estratégias de entrevista lúdica, compreendendo o brincar como forma privilegiada de expressão psíquica infantil. Nesse contexto, a criança tende a reproduzir simbolicamente experiências vividas ou aspectos emocionais significativos de sua história (Cunha, 2007). Também foi utilizada a técnica da Hora do Jogo Diagnóstico, procedimento que possibilita observar a forma como a criança organiza simbolicamente suas experiências e relações internas dentro de um enquadre terapêutico estruturado (Cunha, 2007).

Como instrumento projetivo, foi aplicado o Teste de Apercepção Infantil (CAT-A), composto por dez pranchas ilustradas com figuras de animais em diferentes situações. Esse instrumento tem como objetivo investigar aspectos da personalidade infantil e compreender como a criança percebe e interpreta relações significativas em seu ambiente (Bellak; Abrams, 2010).

Durante todo o processo clínico, foi mantida uma postura de escuta terapêutica ativa, reconhecida como elemento fundamental na prática clínica em saúde, pois possibilita compreender aspectos verbais e não verbais da comunicação do paciente (Mesquita; Carvalho, 2014).

Nas primeiras sessões clínicas, G. apresentou comportamento inicialmente retraído diante do ambiente terapêutico. Observava atentamente os objetos presentes na sala, mas demonstrava certa hesitação em iniciar o brincar espontâneo. Esse movimento inicial parecia acompanhado por uma tentativa

de controle sobre o ambiente, na qual a criança organizava os brinquedos de forma rígida ou estabelecia regras próprias para as brincadeiras.

À medida que o vínculo terapêutico foi se estabelecendo, G. passou gradualmente a utilizar o brincar como forma de expressão de suas vivências emocionais. Muitas das brincadeiras apresentavam enredos marcados por situações de disputa entre personagens, abandono ou exclusão. Frequentemente surgiam narrativas nas quais um personagem infantil era deixado de lado por uma figura adulta que se dedicava a outro personagem, evocando elementos semelhantes aos relatados no contexto familiar.

Em diversas ocasiões, a criança também encenava situações de punição dirigidas a personagens considerados “desobedientes”. Nessas dramatizações, os personagens frequentemente reagiam com raiva ou tristeza, alternando entre comportamentos agressivos e momentos de busca por acolhimento. Esse movimento oscilatório parecia refletir conflitos internos relacionados ao desejo de proximidade com a figura materna e ao medo de perder seu amor diante de comportamentos considerados inadequados.

Durante a aplicação do CAT-A, as narrativas apresentadas por G. mostraram-se frequentemente permeadas por sentimentos de tristeza, solidão ou abandono. Em várias pranchas, os personagens eram descritos como estando sozinhos ou sendo deixados de lado por figuras parentais que se ocupavam de outros personagens, reforçando a hipótese de que a experiência subjetiva da criança estava marcada por fantasias relacionadas à perda de lugar no campo afetivo familiar.

Outro aspecto observado durante o processo clínico foi a dificuldade da criança em lidar com momentos de separação. O término das sessões frequentemente mobilizava reações de resistência, prolongamento do brincar ou tentativas de negociação para permanecer mais tempo no setting terapêutico. Em alguns momentos, G. demonstrava inquietação ou irritação ao perceber que o tempo da sessão estava se encerrando, sugerindo que as experiências de separação ainda eram vividas com intensa carga emocional.

A relação estabelecida com o terapeuta também passou a refletir aspectos importantes da dinâmica relacional da criança. Em determinados momentos, G. demonstrava grande proximidade e busca por reconhecimento, enquanto

em outros apresentava comportamentos de oposição ou recusa. Essa oscilação foi compreendida como parte do movimento transferencial, no qual experiências emocionais relacionadas às figuras parentais eram gradualmente reencenadas no espaço terapêutico.

Com o avanço das sessões, foi possível observar mudanças progressivas na forma como G. se relacionava com o brincar e com o terapeuta. A criança passou a explorar os brinquedos com maior liberdade, introduzindo novas narrativas e demonstrando maior capacidade de sustentar situações imaginárias sem recorrer imediatamente à atuação agressiva. Esse movimento indicava um fortalecimento gradual de sua capacidade de simbolização.

O detalhamento do caso de G. evidencia, portanto, como manifestações comportamentais aparentemente simples podem estar profundamente conectadas a experiências emocionais complexas vividas pela criança em seu contexto relacional. Ao considerar essas manifestações como expressões de um sofrimento psíquico em elaboração, a clínica psicanalítica oferece um espaço privilegiado para que tais experiências possam ser simbolizadas e transformadas ao longo do processo terapêutico.

DISCUSSÕES

A análise do caso de G. evidencia como manifestações comportamentais na infância podem funcionar como expressões simbólicas de conflitos psíquicos ainda não elaborados. A birra, inicialmente interpretada pela família como um comportamento inadequado ou desprovido de sentido, revelou-se, ao longo do processo clínico, como uma formação sintomática complexa, vinculada a experiências emocionais profundas relacionadas ao medo de perda, à rivalidade fraterna e à insegurança nos vínculos afetivos.

Do ponto de vista do desenvolvimento, a criança encontra-se na fase da segunda infância, período marcado pela construção gradual da autorregulação emocional e pela ampliação das relações sociais (Papalia; Feldman, 2013). Nesse momento do desenvolvimento, as birras podem surgir como respostas emocionais diante de frustrações ou limitações impostas pelo ambiente. Entretanto, quando tais manifestações apresentam elevada intensidade ou persistência,

tornam-se indicativas de conflitos emocionais mais complexos, exigindo uma compreensão que considere o contexto relacional no qual a criança está inserida.

Nesse sentido, a escuta clínica permitiu identificar que as manifestações de G. estavam fortemente associadas a angústias de separação e a sentimentos de exclusão, especialmente no que se refere à relação com a figura materna e à presença do irmão. A literatura sobre o desenvolvimento emocional infantil aponta que a segurança do vínculo com os cuidadores constitui um dos principais organizadores da experiência psíquica da criança. Bowlby (1988) destaca que o medo de abandono e a ansiedade de separação são experiências estruturantes do psiquismo infantil, especialmente quando a criança percebe mudanças no acesso ao cuidado e à atenção das figuras parentais.

Na perspectiva psicanalítica, a família constitui o espaço no qual se estruturam as primeiras experiências simbólicas do sujeito, sendo também o lugar onde emergem conflitos relacionados à organização das relações com as figuras parentais (Machado, 2015). No caso analisado, observou-se uma forte ligação simbiótica entre a criança e a mãe, sugerindo dificuldades no processo gradual de diferenciação psíquica. A função materna desempenha papel fundamental na constituição subjetiva da criança, pois é por meio dessa relação que o sujeito começa a organizar sua experiência emocional e simbólica do mundo (Calzavara; Pereira, 2019).

Outro elemento relevante na compreensão do caso refere-se ao período de desmame, momento que pode representar uma etapa significativa na organização psíquica infantil. A transição entre a relação inicial com o seio materno e a construção de novos objetos de investimento afetivo precisa ocorrer de maneira gradual, possibilitando à criança elaborar a separação sem vivenciá-la como uma experiência traumática (Vorcaro; Lucero, 2015). No caso de G., a forte dependência emocional relatada pela mãe sugere que esse processo de separação simbólica pode ter sido vivido com maior dificuldade, contribuindo para a manutenção de comportamentos regressivos e para a busca intensa por atenção materna.

A presença de rivalidade fraterna também se mostrou um elemento importante na dinâmica emocional da criança. A chegada de um irmão frequentemente mobiliza fantasias inconscientes relacionadas à perda de amor ou substituição,

podendo intensificar sentimentos de insegurança. Klein (1993) descreve que, diante da ameaça de perda do objeto amado, a criança pode recorrer a mecanismos de defesa que incluem ataques imaginários ao rival, sentimentos de culpa e movimentos alternados de idealização e agressividade. Essa oscilação entre dependência intensa e hostilidade foi observada nas manifestações de G., tanto em seus comportamentos diante das frustrações quanto nas narrativas produzidas durante o brincar.

Durante a aplicação do Teste de Apercepção Infantil (CAT-A), as narrativas apresentadas pela criança mostraram-se frequentemente permeadas por sentimentos de solidão, tristeza e abandono. Em diversas pranchas, os personagens eram descritos como negligenciados ou deixados de lado por figuras parentais. Bellak e Abrams (2010) apontam que as histórias elaboradas pelas crianças diante das pranchas projetivas frequentemente refletem seus conflitos internos e suas representações das figuras significativas em seu ambiente.

Outro aspecto observado refere-se à presença de diferentes mecanismos de defesa no funcionamento psíquico da criança, como repressão, negação, projeção e introjeção. Esses mecanismos são utilizados pelo psiquismo como formas de lidar com conflitos internos e reduzir a ansiedade gerada por experiências emocionais difíceis (Volpi, 2008). Durante o processo clínico, foi possível observar como tais mecanismos apareciam tanto nas narrativas projetivas quanto nas dramatizações lúdicas realizadas por G.

Nesse contexto, o brincar mostrou-se um recurso fundamental para a expressão simbólica desses conflitos. Por meio da atividade lúdica, a criança pôde representar situações de disputa, abandono e punição, permitindo que aspectos inconscientes de sua experiência emocional emergissem no espaço terapêutico. A repetição dessas cenas pode ser compreendida como uma tentativa de elaboração simbólica, na qual o psiquismo busca dar forma e significado a afetos intensos que ainda não foram plenamente integrados.

Ao longo das sessões, observou-se uma transformação progressiva na forma como G. utilizava o brincar. Inicialmente marcado por maior rigidez e controle, o brincar gradualmente tornou-se mais flexível e criativo, indicando um fortalecimento da capacidade de simbolização da criança. Esse deslocamento do

agir para o simbolizar representa um importante indicador de amadurecimento psíquico na clínica infantil.

A transferência também se revelou um elemento central na dinâmica do processo terapêutico. Em diversos momentos, G. direcionava ao terapeuta expectativas de acolhimento semelhantes às dirigidas à figura materna, buscando reconhecimento e validação. Em outros momentos, reagia com oposição ou irritação diante de limites colocados no setting terapêutico. Essa oscilação transferencial foi compreendida como uma reedição simbólica de conflitos vivenciados na relação com as figuras parentais.

A contratransferência também desempenhou papel relevante na compreensão do caso. As intensas demandas emocionais apresentadas pela criança mobilizavam, por vezes, sentimentos de cuidado e proteção no terapeuta, bem como sensações de impotência diante da angústia expressa por G. O reconhecimento dessas reações emocionais, especialmente no espaço de supervisão clínica, tornou-se um instrumento importante para aprofundar a compreensão da dinâmica inconsciente presente na relação terapêutica (Volpi, 2008).

Outro aspecto importante refere-se ao papel do espaço institucional como continente das angústias da criança. A organização do setting terapêutico, com horários definidos e estrutura previsível, contribuiu para oferecer a G. uma experiência de estabilidade e continuidade, favorecendo a organização de sua temporalidade psíquica e a construção de um ambiente suficientemente seguro para a expressão de seus afetos.

Ao longo do processo terapêutico, observou-se uma transformação progressiva na forma como G. lidava com suas emoções e frustrações. As birras, que inicialmente surgiam como reações explosivas diante de contrariedades, passaram gradualmente a diminuir em frequência e intensidade. Paralelamente, a criança passou a utilizar com maior frequência a linguagem e o brincar simbólico para expressar seus sentimentos.

Dessa forma, a discussão do caso reforça a importância de compreender os sintomas infantis não apenas em sua dimensão comportamental, mas sobretudo em sua dimensão simbólica e relacional. A clínica psicanalítica, ao privilegiar a escuta do inconsciente e a singularidade do sujeito, oferece instrumentos valiosos para acessar os sentidos ocultos do sintoma e favorecer

processos de transformação subjetiva. Nesse contexto, a birra deixa de ser vista apenas como um problema de conduta e passa a ser reconhecida como uma tentativa da criança de comunicar experiências emocionais ainda não plenamente simbolizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso clínico de G. evidencia a complexidade das manifestações comportamentais na infância e reforça a importância de uma escuta clínica que ultrapasse a interpretação superficial dos sintomas. As birras e comportamentos desafiadores apresentados pela criança, inicialmente compreendidos pela família como dificuldades disciplinares, revelaram-se ao longo do processo terapêutico como expressões de conflitos emocionais relacionados às experiências de vínculo, separação e pertencimento no contexto familiar.

A análise do percurso clínico permitiu compreender que os sintomas manifestados por G. estavam associados a sentimentos de insegurança afetiva, rivalidade fraterna e medo de perda do amor materno. Essas experiências, comuns no desenvolvimento infantil, podem adquirir maior intensidade quando encontram dificuldades de simbolização ou quando ocorrem em contextos relacionais marcados por ambivalência e forte dependência emocional. Nesse sentido, o comportamento da criança pode ser compreendido como uma forma de comunicação psíquica, por meio da qual se expressam conteúdos afetivos que ainda não encontram elaboração simbólica suficiente.

Os resultados do processo terapêutico demonstraram que os episódios de birra estavam relacionados, em grande medida, à intensa ligação estabelecida com a figura materna e às dificuldades no processo gradual de separação e construção da autonomia psíquica. A compreensão dessas dinâmicas evidenciou que o sintoma infantil não se apresenta de forma isolada, mas está inserido em um campo relacional mais amplo, no qual as experiências familiares e os vínculos afetivos desempenham papel fundamental na organização da vida psíquica da criança.

Nesse contexto, a abordagem psicanalítica mostrou-se essencial para a compreensão dessas dinâmicas, ao privilegiar uma escuta sensível às

manifestações do inconsciente e às formas simbólicas por meio das quais a criança expressa seu sofrimento. A utilização da ludoterapia e de técnicas projetivas revelou-se um recurso clínico fundamental para acessar conteúdos inconscientes presentes no funcionamento psíquico infantil. Por meio do brincar, foi possível observar a expressão simbólica de fantasias, ansiedades e mecanismos de defesa, permitindo uma compreensão mais aprofundada das experiências emocionais vivenciadas por G.

O brincar assumiu papel central no processo terapêutico, constituindo-se como um espaço potencial de elaboração subjetiva. Conforme propõe Winnicott (1975), é no brincar que a criança pode experimentar sua criatividade e construir sentidos para suas experiências emocionais.

Esse deslocamento do agir para o simbolizar representa um importante indicador de amadurecimento psíquico, sugerindo que o processo psicoterapêutico favoreceu a ampliação das capacidades de elaboração emocional da criança. A previsibilidade do setting terapêutico, a constância do terapeuta e a possibilidade de expressão livre por meio do brincar contribuíram para a construção de um ambiente suficientemente seguro para a elaboração das angústias vivenciadas por G.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel da supervisão clínica no manejo do caso. A possibilidade de refletir sobre as experiências transferenciais e contratransferenciais emergentes durante o atendimento contribuiu para ampliar a compreensão das dinâmicas inconscientes presentes no processo terapêutico, favorecendo intervenções mais cuidadosas e alinhadas com os princípios da clínica psicanalítica.

Os achados deste estudo reforçam a importância de compreender os sintomas infantis como manifestações carregadas de sentido, que demandam escuta e elaboração. Em um contexto social no qual frequentemente se buscam respostas rápidas para comportamentos considerados problemáticos na infância, a clínica psicanalítica oferece uma perspectiva que valoriza o tempo subjetivo da criança e a singularidade de sua história.

Por fim, destaca-se a importância da continuidade do acompanhamento psicológico, uma vez que o processo terapêutico pode favorecer o fortalecimento do ego, o desenvolvimento da autonomia emocional e a elaboração

progressiva das experiências afetivas vivenciadas pela criança. A continuidade do trabalho clínico poderá contribuir para consolidar os avanços observados e favorecer o desenvolvimento de relações afetivas mais seguras e integradas (Da Silva Dias, 2021).

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. **Psicanálise da Criança – Teoria e Técnica**. Porto Alegre: Artmed, 1982.
- BELLAK, L.; ABRAMS, D. **CAT – Children's Apperception Test**. Rio de Janeiro: Manual Moderno, 2010.
- BOWLBY, J. **Vínculos de Apego**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CALZAVARA, M. G. P., FERREIRA, M. A. V. A função materna e seu lugar na constituição subjetiva da criança. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 432-444, dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282019000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 nov. 2025.
- CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DA SILVA DIAS, S. A. Real e Imaginário: Uma história de Simbiose Um estudo com crianças de 4 e 5 anos. 2021. Dissertação de Mestrado. **Universidade do Algarve** (Portugal). Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/fbee7e4f2e70b938307bfc5e324feae/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y> Acesso em: 05 mar. 2026.
- DUARTE, A. P.; MÓNICO, L. S. O meu filho faz birras! Prevalência, contextos e comportamentos nas perspectivas da mãe, do pai e de ambos. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.11, n.20; p. 2015-546. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/39251508/54fdc5e80cf270426d12ccc3.pdf> Acesso em: 05 mar. 2026.
- FREUD, S. **O Ego e o Id. In: Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1924.
- KLEIN, M. **Contribuições à Psicanálise: 1921-1945**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- MACHADO, Z. A família está viva! Uma abordagem psicanalítica. **Instituto Brasileiro de Direito da Família**, 2015. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1047/A+familia+est%C3%A1+viva!+Uma+abordagem+psicanal%C3%ADtica> Acesso em: 06 mar. 2026.
- MESQUITA, A. C.; CARVALHO, E. C. de. A Escuta Terapêutica como estratégia de intervenção em saúde: uma revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, p. 1127-1136, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/5WwTvQ5q7F6qvhBrDMLWbG/?lang=pt&format=html> Acesso em: 06 mar. 2026.
- PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013
- VOLPI, J. H. Mecanismos de defesa. Artigo do curso de especialização em Psicologia Corporal. Curitiba: **Centro Reichiano**, 2008. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/artigos/Artigos/Mecanismos%20de%20Defesa.pdf> Acesso em: 15 nov. 2025.

VORCARO, A.; LUCERO, A. O objeto transicional de Winnicott na formação do conceito de objeto a em Lacan. **Natureza Humana-Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise**, v. 17, n. 1, p. 15-31, 2015. Disponível em: <http://revistas.dww.com.br/index.php/NH/article/view/120> Acesso em: 06 mar. 2026.

WINNICOTT, D. W. **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

SOBRE O ORGANIZADOR

Ricardo Furtado Rodrigues

Professor pesquisador no IFCE *Campus* Fortaleza. Possui doutorado em Engenharia de Produção (UFSC/UFRJ); mestrado em Política Científica e Tecnológica (UNICAMP); especializações em Engenharia Ambiental (UCAM-RJ); Docência do Ensino Superior e Neuropsicologia (UniBF); MBA em Gestão de Eventos (FI); Inteligência Artificial (FI); MBA em Turismo (UniCV-PR); MBA em Direção de Arte, Propaganda, TV e Vídeo (FAVENI); MBA Executivo em Gestão do Esporte (UniBF); MBA Executivo em Gestão Estratégica de Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual (UniBF); Psicanálise Clínica (FI); Psicologia e Saúde Mental (FAMEESP); e Ecologia e Biodiversidade (FI); graduações em Ciências Econômicas (UFT); Gestão Ambiental (UNINTER-PR); Gestão de Turismo (UNINTER-PR); Educação Física (ETEP-SP); Ciências Biológicas (UniCV); e Psicanálise (Ibrapsi/UniCV/Em andamento). Também possui o título de Psicanalista Clínico pelo IEVI (DF) e doutor em Psicanálise pela American Christian University (Orlando-Flórida).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4667397647420726>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amadurecimento: 21, 80, 81, 91, 93

C

Caso Clínico: 7, 9, 84, 92

D

Desafios da Psicanálise: 8, 9, 16

Drogas: 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 63

E

Equipes: 64, 65, 66, 67, 69, 70, 73, 74, 77, 78

I

Inconsciente: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 65, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 83, 91, 93

Inconsciente Algorítmico: 26, 37, 39

Indústria Farmacêutica: 45, 52, 55, 56, 58, 61, 62

L

Liderança: 65, 66, 74, 77, 78

Ludoterapia: 81, 84, 93

M

Mecanismos de Defesa: 72, 75, 81, 84, 90, 93, 94

P

Personalidade: 12, 20, 65, 69, 70, 71, 73, 79, 86

Psicanálise Infantil: 15, 19, 81

Psicofármacos: 45, 47, 48, 51, 52, 54, 57, 59, 63

R

Racionalidade Tecnológica: 45, 53, 56, 59

S

Subconsciente: 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 22

Subjetividade Digital: 26, 29, 33, 34, 43

T

Transferência Estendida: 25, 26, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42



científica digital

ISBN 978-656155058-1



9

786561

550581